

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Assistentes Sociais e Políticas Sociais

Neuza Carina Zambujo Boieiro

Mestrado em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Helena Maria Belchior Rocha,
Professora Auxiliar,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Assistentes Sociais e Políticas Sociais

Neuza Carina Zambujo Boieiro

Mestrado em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Helena Maria Belchior Rocha,
Professora Auxiliar,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2021

Dedicatória

Em memória do meu Pai, ao meu Herói, ao meu Exemplo. Tenho a certeza de que estás orgulhoso de mim, por tudo o que alcancei e por tudo o que sou.

Agradecimentos

À minha Família, que diariamente me mostra que as dificuldades nos servem para crescer enquanto pessoas e nos tornam melhores cidadãos, e que desistir é o caminho mais fácil, mas nunca foi esse caminho que nos caracterizou. Obrigada.

Ao meu namorado, que acredita em mim e nas minhas capacidades desde o dia em que nos conhecemos, sabendo da especificidade da minha profissão e na diferença que faço diariamente na vida de outros. Obrigada.

À minha orientadora, Professora Helena Rocha, que me acompanhou neste caminho, conhecendo a história e, como Assistente Social que se preze, não me deu o peixe, mas ensinou-me a pescar e fez com que a navegação em mares bravos fosse mais fácil. Muito Obrigada.

Resumo

A presente dissertação insere-se no âmbito do Mestrado em Serviço Social no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa e intitula-se “Assistentes Sociais e Políticas Sociais”, tendo como objetivo entender de que forma é que os assistentes sociais intervêm e são influenciados através das políticas sociais

Entende-se a pertinência do tema, uma vez que, na sua prática quotidiana, o assistente social é desafiado pelas sucessivas transformações sociais e a relação a entre a intervenção profissionais e as políticas sociais é intrínseca e constante.

Optou-se por uma metodologia mista (quantitativa e qualitativa), com recolhas de dados através de entrevistas exploratórias e inquérito por questionário, com uma escala de Lickert realizado online a assistentes sociais.

Os resultados obtidos permitiram confirmar que há, sempre houve e haverá influência das políticas sociais na intervenção do assistente social, sendo por isso imperativo o envolvimento do Serviço Social na sua conceção, em colaboração com outras áreas disciplinares.

Palavras-Chave: Serviço Social, Políticas Sociais, Intervenção Social, Dignidade Humana e Direitos Sociais

Abstract

This dissertation is part of the Master's Degree in Social Work at the Iscte-Instituto Universitário de Lisboa and is entitled "Social Workers and Social Policies", with the aim of understanding how social workers intervene and are influenced by social policies.

The relevance of the topic is understood, since, in their daily practice, social workers are challenged by successive social transformations and the relationship between professional intervention and social policies is intrinsic and constant.

We chose a mixed methodology (quantitative and qualitative), with data collection through exploratory interviews and questionnaire survey with a five-point Lickert Scale, conducted online to social workers.

The results obtained allowed us to confirm that there is, always has been, and always will be influence of social policies in the intervention of the social worker, and therefore it is imperative that Social Work is involved in their conception, in collaboration with other disciplinary areas.

Keywords: Social Work, Social Politics, Intervencion, Human Dignity and Human Rights

Índice

Agradecimentos	I
Resumo	III
Abstract	V
Índice de tabelas	IX
Índice de gráficos	XI
Índice de quadros	XIII
Lista de abreviaturas e siglas	XV
Introdução	1
Capítulo 1. Políticas Sociais em Portugal	3
1.1. Breve resenha da evolução das políticas sociais em Portugal	3
1.2. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional	5
1.3. Estado e direitos sociais	8
Capítulo 2. Intervenção Social	11
2.1. Planeamento estratégico e pensamento crítico na intervenção social	11
2.2. Evidence-based policy em Serviço Social	14
Capítulo 3. Metodologia	19
3.1. Campo empírico	19
3.2. Universo e Amostra	20
3.3. Técnicas de recolha e tratamento de dados	20
3.4. Limites à investigação	21
Capítulo 4. Resultados	23
4.1. Caracterização dos inquiridos	23
4.2. Associativismo e representação coletiva	26
4.3. Resultados das dimensões	27
4.3.1 Áreas de intervenção	27
4.3.2 Evolução das políticas sociais	29
4.3.3 Avaliação das políticas sociais	32
4.3.4 Intervenção e políticas sociais	35
4.3.5 Associativismo e representação coletiva	38
4.4. Discussão de resultados	41
Conclusões	45
Fontes	47
Referências Bibliográficas	47
Anexos	51
Anexo A – Grelha de entrevista exploratória	53

Anexo B – Perfis dos entrevistados (Entrevistas exploratórias)	54
Anexo C – Documento de apoio ao inquérito on-line (Assistentes Sociais e Políticas Sociais)	55
Anexo D – Resultados das dimensões	61

Índice de tabelas

Tabela 3.1 – Universo e amostra da investigação

20

Índice de gráficos

Gráfico 4.1 – Sexo dos inquiridos	23
Gráfico 4.2 - Idade dos inquiridos	23
Gráfico 4.3 – Anos de experiência profissional dos inquiridos	24
Gráfico 4.4 – Habilitações académicas dos inquiridos	25
Gráfico 4.5 – Tipologia de população de intervenção dos inquiridos	26

Índice de quadros

Quadro 4.1 – Distrito de intervenção profissional dos inquiridos	24
Quadro 4.2 – Áreas de actuação dos inquiridos	25
Quadro 4.3 – Associativismo e representação coletiva dos inquiridos	26

Lista de abreviaturas e siglas

A.P.A.V. – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

A.P.S.S. – Associação de Profissionais de Serviço Social

C.E.E - Comunidade Económica Europeia

C.P.C.J - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

C.R.P – Constituição da República Portuguesa

E.B.P - Evidence-Based Policy

I.P.S.S. – Instituições Particulares de Solidariedade Social

R.S.I – Rendimento Social de Inserção

S.N.A.S. – Sindicato Nacional dos Assistentes Sociais

S.T.A.L. – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins

S.T.E. – Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado

Introdução

Na intervenção diária, os assistentes sociais deparam-se com inúmeras dificuldades, e tem-se revelado que não basta colocar em prática as diretrizes, orientações técnicas e legislações emanadas pelo Estado (Passarinho, 2008, Raichelis, 2009, Sousa, 2015, Casquilho-Martins, 2018), por esse motivo centramos esta investigação nas dificuldades de implementação e de execução das medidas/políticas sociais. Muitas vezes os profissionais consideram que estas se encontram desfasadas do tempo e do espaço onde são postas em prática e que não acompanham devidamente as modificações económicas e sociais bem como as respetivas transformações consequentes dessas mudanças (Sousa, 2015, Casquilho-Martins, 2018). Possivelmente, pela ausência de avaliação e fruto de necessidades de adequação, quer a nível dos recursos materiais, físicos e humanos, mas também na perspetiva dos beneficiários e dos serviços prestados e oferecidos pelas respostas sociais.

O último ano e as consequências das alterações que todos tivemos que sofrer, motivadas pela pandemia (COVID-19), deixou visível a dificuldade do Estado e das organizações em reorganizar, adaptar e reconfigurar as respostas sociais, medidas e políticas sociais fazendo face à situação vigente (Cardoso, Vilar & Casquilho-Martins, 2020).

Assim, a presente dissertação de Mestrado em Serviço Social intitulada "Assistentes Sociais e Políticas Sociais", tem como pergunta de partida de que forma é que os Assistentes Sociais intervêm e são influenciados através das políticas sociais?

O objetivo geral deste estudo é: perceber a influência das políticas sociais na intervenção do Assistente Social. Os objetivos específicos: compreender a perceção do assistente social sobre aplicação das medidas de política social no processo de intervenção, identificar processos de avaliação na implementação das políticas sociais, identificar os mecanismos de participação, associativismo e representação coletiva do assistente social e identificar os desafios à participação do assistente social no processo de conceção das políticas sociais.

O trabalho apresenta-se estruturado em quatro capítulos, os dois primeiros capítulos incidem no enquadramento teórico, com a respetiva revisão de literatura sobre a temática e os dois últimos capítulos, um é referente à metodologia e o outro à apresentação e discussão de resultados da recolha do questionário e das entrevistas exploratórias realizadas aos assistentes sociais.

No capítulo 1 é dada a ênfase às políticas sociais em Portugal, da sua evolução no País e de qual o papel do Estado.

No capítulo 2 falamos sobre a intervenção do Assistente Social na concretização de desenvolvimento das políticas sociais, dando abertura a novos horizontes de intervenção do profissional e do seu papel preponderante para as políticas sociais

O capítulo 3 apresenta a metodologia utilizada e quais as técnicas de recolha tratamento de dados, bem como os limites à investigação, no capítulo 4 expõem-se a análise dos resultados e a sua discussão e por fim as conclusões.

CAPÍTULO 1 – Políticas Sociais em Portugal

1.1. Breve resenha da evolução das políticas sociais em Portugal

Entende-se que as Políticas Sociais são a resposta a situações de desigualdade social (maioritariamente relacionadas com pobreza e exclusão social) em que são promovidos conjuntos de mecanismos (serviços) que visam a previdência (proteção em caso de alguns riscos de dificuldade económica – desemprego, doença, morte), bem como ações de carácter social ou assistencial para resposta a situações de necessidades ou carências sociais (Rodrigues *et al.*, 1999).

O processo evolutivo das mesmas em Portugal, é caracterizado por momentos históricos e políticos de relevância, marcados especificamente pela Revolução de Abril de 1974: i) Pré – Revolução 1974: sobressaindo as políticas sociais desenvolvidas antes do Estado Novo; ii) Pós-Revolução 1974: a importância da transição para um novo regime, bem como a adesão à CEE (Comunidade Económica Europeia) e a resposta às diretrizes emanadas para os estados-membro (Rodrigues *et al.*, 1999).

No decorrer do século XIX, o papel do Estado desenvolveu-se gradualmente, o Estado que se assumiria como elemento de controlo e supervisão das atividades e de organizações privadas (como as Mutualidades e Instituições de carácter religioso) nos assuntos sociais, desenvolveu-se para se tornar num elemento ativo e com impacto direto no bem-estar dos seus cidadãos.

Foram então concebidas “estruturas político-institucionais de cobertura social”, desenvolvendo-se a conceção dos seguros sociais obrigatórios em 1919 (Decreto n.º 5640 - Diário do Governo n.º 98/1919), fortalecendo-se no Estado Novo e dando um passo importante no rumo e no crescimento de várias instituições de previdência e de carácter corporativo (Lei da Previdência Social – Lei n.º 1884, 1935), com efeitos na proteção dos trabalhadores nos eventuais riscos de doença, invalidez, desemprego e na garantia de pensões de reforma. Porém, o papel interventor do Estado e consolidado em 1962, plasmado no disposto capítulo I, base I: “Compete ao Governo regular, no quadro nacional e com vista ao seu desenvolvimento, os objetivos e realizações da previdência, coordená-los, num plano de conjunto, com os restantes sectores da política social, designadamente da saúde e assistência (...)” (Lei n.º 2115 de 18 de Junho, 1962).

Com a nova reforma e gestão, bem como novos modelos de financiamento, foi possível alargar as eventualidades cobertas e a proteção social, assumindo a sua importância na evolução da segurança social do país.

O momento iniciado em abril de 1974, constituiu-se num período inolvidável para a democracia portuguesa. A par das transformações sociais iniciadas nos anos 60, considerando-se a industrialização e conseqüente desenvolvimento do sector terciário,

fenómeno da diminuição do sector da agricultura, desenvolvimento da migração e a sua dualidade litoral-interior, transição e reconfiguração política e económica e a reestruturação do mercado de trabalho, as transformações políticas também nos permitiram um aproximar dos países europeus mais desenvolvidos, demonstrando as carências e insuficiências estruturais da sociedade portuguesa.

Como nos referem Rodrigues et al. (1999), quando confrontados com esta realidade, os governos provisórios criaram medidas no campo social para que fosse possível a justiça social, com destaque: implementação do salário mínimo nacional, aumento do abono de família, aumento da pensão mínima (não podendo ser inferior a 50% do salário mínimo nacional) e criação da pensão social. Ainda antes da publicação da Constituição da República Portuguesa de 1976 outras medidas foram avançadas: estabelecimento de subsídio de Natal aos pensionistas, proteção no desemprego – com carácter assistencialista e não integrado no regime geral de segurança social, complemento de invalidez, extensão das prestações de maternidade, subsídio por morte e pensão de sobrevivência do regime especial dos trabalhadores agrícolas.

O Estado, igualmente, teve de conferir uma reestruturação fiscal e financeira, mas dando continuidade às reformas necessárias, nascendo o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho e Segurança Social e o Conselho de Concertação Social. Para além da estabilidade política que o país atravessava, Portugal preparava-se para mais um desafio histórico - a assinatura da adesão de Portugal à C.E.E. em 1985.

As transformações no mercado de trabalho exigiram uma regulação, com especial enfoque no tempo de trabalho, bem como a proteção às situações de desemprego, surgindo assim, no ano de 1984, a Lei de Bases da Segurança Social, caracterizando os objetivos do sistema de segurança social na proteção dos "(...) trabalhadores e suas famílias nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho, de desemprego involuntário e de morte, e garante a compensação de encargos familiares" bem como "(...) as pessoas que se encontram em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência." (Lei de Bases da Segurança Social, 1984).

O início dos anos 90 despoletou a preocupação com as problemáticas associada à pobreza e à exclusão social, revelados pelos organismos estatais e as associações privadas, sobretudo privadas não lucrativas, ou seja, do setor da economia social e solidária.

Além dos mecanismos de ação social, inseridos no sistema de segurança social, verificou-se a necessidade de mais "medidas e mecanismos de proteção aos grupos sociais vulneráveis para a erradicação da pobreza, como por exemplo o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza" (Rodrigues *et al.*, 1999:89). Esta década ficou igualmente marcada pela reestruturação das políticas sociais, com a forte interligação com as instituições particulares de solidariedade social, pela sua proximidade com a população nas suas várias áreas de

intervenção e com a criação do Rendimento Mínimo Garantido (o atual Rendimento Social de Inserção), no ano de 1996 (Carvalho,2010).

Assim, tendo em conta as constantes mutações e transformações da sociedade, e a procura de convergência com os países da União Europeia, a produção de políticas sociais em Portugal é considerada desadequada e insuficiente (e muitas vezes avulso) face à resposta aos vários grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

Considera Mozzicafreddo (1994) que

As exigências que a política e, conseqüentemente, a sociedade colocam ao Estado resultam da crescente complexidade que o processo de modernização impõe às estruturas sociais e aos agentes nela inseridos. A diferenciação social e institucional e as situações e os conflitos que o desenvolvimento das estruturas económicas e sociais põem à sociedade no processo de modernização, produzem uma multidimensionalidade de fatores que estruturam o sistema político (Mozzicafreddo,1994:14).

No campo institucional, a crise mundial das economias capitalistas ocidentais levou a uma significativa redução dos “ideais universais e igualitários dos direitos sociais, acabando estes substituídos pela exigência do foco em populações vulneráveis e de risco social, conforme apregoado pelas agências mundiais de fomento e financiamento” (Mioto e Nogueira,2013:65).

Com o desenvolvimento político, económico e social de Portugal, a par da globalização (e das suas conseqüências), também assistimos a uma nova e maior abertura ao Mundo (o exemplo do processo de emigração em Portugal e o acolhimento dessa população), demonstrando, mais uma vez, as fragilidades para a resposta às desigualdades sociais situação já refletida por Costa (2012) ao referir que, as desigualdade “apresentam variabilidade considerável entre indivíduos, grupos e sociedades, constituindo dimensões frequentes de desigualdade social. São também dimensões nas quais podem ocorrer longas persistências históricas ou surgir rápidas mudanças sociais” (Costa, 2012:10).

Espera-se das políticas públicas e sociais, a garantia e promoção dos direitos sociais, não apenas para responder a uma parte mais desfavorecida, mas a qualquer indivíduo que por diversas circunstâncias se confronte com situações de fragilidade e necessidade de apoio e respostas eficazes.

1.2. Política social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional

As conseqüências para a intervenção profissional, em decorrência das formas de operacionalização das políticas sociais, têm sido evidentes (Cardoso, Vilar e Casquilho, Martins, 2020, Casquilho-Martins, 2018, Mioto e Rodrigues, 2013, Bento, 2012). Os modelos de proteção social institucionalizados nacionalmente, bastante rígidos, no que diz respeito ao controle da implementação das políticas sociais, reduzem a autonomia relativa do assistente social (Casquilho-Martins, 2018). A sua ação cinge-se aos procedimentos burocráticos no desenvolvimento dos programas e na exigência constante da quantificação de resultados

(Cardoso, Vilar e Casquilho-Martins, 2020, Casquilho-Martins, 2018, Rocha, 2009, 2015, Sousa, 2015, Sousa, 2008). A relativa independência profissional, decorrente da sua leitura da realidade e da implementação de ações vinculadas aos valores éticos da profissão, estreita-se pela impossibilidade de programar a ação, submissa ao controle hierárquico, favorecido pela informatização das etapas de implementação e avaliação das políticas sociais setoriais (Casquilho-Martins, 2018, Rocha, 2009, 2015, Bento, 2012). A funcionalidade da intervenção profissional no campo das políticas sociais altera e condiciona o seu conteúdo de acordo com as possibilidades de um determinado momento histórico e o trabalho desenvolvido pelos profissionais, nas esferas de formulação, gestão e execução é, por isso, importante para o processo de institucionalização das políticas públicas, tanto para a afirmação da lógica da garantia dos direitos sociais, como para a consolidação do projeto ético-político da profissão. Assim, enfrentar os desafios nesta área torna-se uma questão fundamental para a legitimidade ética, teórica e técnica da profissão.

A produção de conhecimento sobre a prática profissional em diferentes políticas setoriais, e o contato sistemático com assistentes sociais, inseridos nessas políticas, têm indicado a necessidade de aprofundar o conhecimento acerca da intervenção profissional, contextualizando-a no campo da política social, permanentemente (Casquilho-Martins, 2018, Rocha, 2015). Isto porque, é uma exigência que os assistentes sociais se atualizem e promovam debate sobre intervenção profissional e há necessidade de colocá-lo em movimento, num campo tensionado com uma dinâmica que expressa as contradições e os interesses sociais públicos e privados no contexto de processos coletivos de trabalho. Nessas circunstâncias, os assistentes sociais deparam-se com duas questões: a autonomia e a especificidade profissional (Casquilho-Martins, 2018, Rocha, 2015, Ferreira, 2014), . Sobre a autonomia profissional a condição do assistente social como trabalhador assalariado, impõe limites à sua atuação e, por consequência, à implementação do projeto profissional (Iamamoto, 1982; Netto, 1996) para enfrentar os dilemas que ainda persistem na prática profissional do Serviço Social, fruto de sucessivas crises.

De acordo com Casquilho-Martins (2018) a política social é um instrumento de bem-estar que corresponde à melhoria das condições de vida e do desenvolvimento social de um território para as quais diversas áreas das ciências sociais e humanas contribuem, nomeadamente o Serviço Social.

Abordar a concepção de política social implica uma análise da proteção social enquanto meio para a garantia de bem-estar social e o cumprimento dos direitos sociais, estabelecendo um compromisso entre o Estado e a sociedade relativamente às questões sociais para as quais os indivíduos necessitam da intervenção (Casquilho-Martins, 2018:7).

A determinada altura a política social alçou um estatuto teórico, no âmbito do Serviço Social, que lhe permitiu realizar a articulação entre a perspetiva analítica de sociedade e de profissão e nesse sentido a razão pela qual a profissão estar vinculada ao contexto de contraposição da questão social através das políticas sociais, (Iamamoto, 1982; Netto, 1992; Montano, 1998). Por outro lado, há também, o reconhecimento de que a política social tem um carácter contraditório, visto que simultaneamente atende aos interesses do capital e às necessidades dos sujeitos de intervenção (Rocha, 2009).

Debater a prática dos assistentes sociais no campo da política social não se confunde com o debate da prática profissional travado no campo de conhecimento do Serviço Social. O trabalho no campo da política social, sob os pronúncios do projeto crítico estratégico, nos termos de Netto (1996), requer a explanação das mediações exigidas para que o profissional possa decidir sobre o seu agir.

Com isso, sinaliza-se que “as possibilidades objetivas de ampliação e enriquecimento do espaço profissional [...] só serão convertidas em ganhos profissionais [...] se o Serviço Social puder antecipá-las”(Mioto e Nogueira, 2013:68). E que tais possibilidades tenderão a estar permeadas “por tensões e conflitos na definição de papéis e atribuições com outras categorias socioprofissionais” (Mioto e Nogueira, 2013: 68).

Estas observações indicam que a especificidade do Serviço Social no campo das políticas sociais se afirmará à medida que os profissionais possuam um domínio de saber em torno das ações. Ações, essas que estruturaram a sua especificidade ao longo do tempo na história da profissão e que se manifestam com as atribuições e competências conquistadas e validadas socialmente (Mioto e Nogueira, 2013). Uma especificidade que é dada através do objeto de intervenção profissional são as expressões da questão social (Iamamoto, 2003), com a articulação de recursos necessários para viabilizar a proteção social aos indivíduos ou grupos, beneficiários das várias políticas, onde as suas ações incidem.

A proteção social surge condicionada pelos processos sociais num determinado momento histórico e também pela maneira como o profissional caracteriza e viabiliza as suas ações. Ou seja, depende da matriz teórico-metodológica, do campo específico de ação, que lhe dá direção, da forma como são interpretadas as necessidades dos indivíduos, e do saber desenvolvido e organizado da natureza das ações profissionais necessárias para a concretização dos objetivos de acordo com o contexto em que se intervém. São aspetos que se encontram sempre afetos, no campo da política social, às possibilidades estratégicas e ao conhecimento acerca do conjunto de instrumentos e das técnicas necessários para a abordagem dos sujeitos de intervenção que impulsionam o projeto profissional (Yazebeck, 2000, Iamamoto, 2003).

1.3. Estado e direitos sociais

Os princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976, no artigo 9º denominado como as Tarefas Fundamentais do Estado referem que este deverá, entre tantas outras funções: criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais (alínea a); defender a democracia política, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais (alínea c); promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais (alínea d); assegurar o ensino e a valorização permanente (alínea f); promover a igualdade entre homens e mulheres (alínea h) e promover o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional, bem como dos arquipélagos dos Açores e da Madeira (alínea g) (C.R.P, 1976:21).

Face à enumeração das tarefas fundamentais do Estado, importa referir que a alínea c) do referido artigo representa uma consequência do princípio do Estado de Direito, apelando à democracia participativa e, assim, à colaboração do cidadão nas decisões e ações da administração; já a alínea d) do referido artigo 9.º apela a um conjunto de tarefas corporizadas em direitos sociais e culturais, materializados no Estado Social de Direito Português.

Deste modo, os cidadãos garantem para si um conjunto de direitos que serão efetivados pelo Estado, sendo este responsável pelo seu cumprimento. Não chega a sua enumeração constitucional, como nos artigos 63.º e seguintes da Constituição, é preciso que o Estado os garanta em legislação ordinária e infraconstitucional. Isto é, o Estado vincula-se à prossecução destes, mas tem de os garantir e regulamentar mediante o uso do seu poder legislador, impulsionando a organização da proteção social, com papel preponderante de desenvolvimento de um Estado democrático e promotor de cidadania.

Para a defesa da dignidade humana, o Estado terá de ser capaz de libertar as pessoas da miséria em que muitas se encontram, terá de ser capaz de dar educação a quem dela necessita para melhor aproveitar as oportunidades que a vida lhe coloca, terá de fomentar o emprego, de dar assistência à doença, de disponibilizar infraestruturas de bem-estar, de redistribuir a riqueza, de relançar as estruturas de administração de uma justiça renovada (Garcia, 2016:25).

A garantia de existência de direitos sociais, na forma como decorrem as tarefas fundamentais do Estado da alínea d) do artigo 9.º da Constituição, resultam dos princípios de dignidade da pessoa humana, constante do artigo 1.º da Constituição, isto porque o papel essencial do Estado Social de Direito Português é o respeito pela dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, destacam-se os seguintes direitos sociais: o direito à segurança e solidariedade social (artigo 63.º); o direito à saúde (artigo 64.º); o direito à habitação (artigo 65.º); o direito ao ambiente e à qualidade de vida (artigo 66.º); o direito à família (artigo 67.º),

o direito à paternidade e maternidade (artigo 68.º); os direitos à infância e juventude (artigos 69.º e 70.º), os direitos de cidadãos portadores de deficiência (artigo 71.º) e, por fim, os direitos da terceira idade (artigo 72.º). Apesar de definido com um direito e dever cultural não se deve descorar o direito à educação e ao ensino, consagrado nos artigos 73.º e seguintes. (C.R.P, 1976). Portanto, sendo tarefas fundamentais do Estado, os direitos sociais decorrentes do princípio da dignidade da pessoa humana, não podem ser considerados diretamente aplicáveis, é preciso uma determinação do seu conteúdo a efetivar pelo Estado.

Garcia (2016) traz também para o debate da dignidade humana, outros direitos dos cidadãos que, com o evoluir dos tempos têm de ser tidos em conta:

o surgir de outros direitos pessoais de decisiva importância nos tempos que correm: o direito à identidade pessoal, o direito ao desenvolvimento de personalidade, o direito à palavra, o direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar e o direito à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação (artigo 26.º, n. º1 da atual Constituição da República Portuguesa). E o tempo decerto mostrará muitos outros direitos pessoais surgindo a partir do melhor conhecimento da dignidade humana. (Garcia, 2016:12)

É assim fundamental que a intervenção do Assistente Social seja assente na defesa da igualdade dos direitos humanos e da dignidade humana, com compromisso perante os cidadãos e comunidades, independentemente da realidade social que os rodeia.

CAPÍTULO 2 – Intervenção Social

Os modelos de intervenção social constituem-se como um conjunto de pressupostos teóricos e éticos que enquadram as práticas profissionais. As estratégias adotadas na prática quotidiana da intervenção social são subjacentes às linhas orientadoras de cada modelo, em articulação com a instituição e setor de intervenção, não existindo um modelo de intervenção único, aplicável a todas as situações. Qualquer que seja o modelo terá de ser adaptado às características específicas dos contextos de intervenção e a qualidade da intervenção deve estar adequada às necessidades do individuo, ou indivíduos e associada a um diagnóstico social, encarando o individuo como um todo com necessidades diversas, que carecem de uma resposta multidimensional e de uma abordagem integrada (Rocha, 2015).

Colocar o individuo no centro da ação e como ator na intervenção não é mais do que basear toda a abordagem nas suas necessidades específicas, contextualizadas no grau de exclusão e nos recursos pessoais que possui, garantindo e cuidando do exercício pleno dos direitos e deveres de cidadania (Rocha, 2015), elementares a todos os percursos de autonomização, no respeito pela dignidade e liberdade de escolha de cada pessoa e que se configura um princípio ético pelo qual devemos pautar a nossa atuação.

2.1. Planeamento estratégico e pensamento crítico na intervenção social

Branco e Amaro (2011), através da sua pesquisa, revelam que a Intervenção Social enquanto procedimento maioritariamente administrativo é:

maioritariamente associado à questão do controlo. Em larga medida, a prática está a tornar-se mais instrumental que substantiva, mais preocupada com os resultados do que com os processos. Os assistentes sociais hoje dirigem a sua atenção para a apreciação do posicionamento dos indivíduos perante a adesão ao contrato e a apresentação dos resultados. Com muita frequência os profissionais dão mostras de desconforto quanto às implicações dessa ideologia emergente para os processos de intervenção (Branco e Amaro, 2011: 662).

Com todas as transformações da sociedade e das necessidades de adaptação e readaptação dos modelos do Estado-Providência, bem como dos profissionais na intervenção (no caso dos assistentes sociais) urge uma nova intervenção e objeto das políticas sociais.

Montano refere que:

a profissão de Serviço Social surge e se expande embrionariamente vinculada ao surgimento e à expansão das políticas sociais estatais. Estas últimas constituem-se, assim, na “base de sustentação funcional-ocupacional” da profissão. O assistente social surge como implementador das políticas sociais (Montano, 2006:142).

Considera também o autor que a prática do Serviço Social tem vindo, ao longo dos tempos e pelas políticas de carácter neoliberal, a revestir-se de um carácter subordinado,

encaminhando-se para o “tarefismo” (pelo número de atendimentos realizados e não pela qualidade da intervenção desses mesmos casos), atuação em micro-espacos (projetos ou serviços) contribuindo para a “desuniversalização” das políticas sociais (com forte tendência e regresso à “filantropização” e ao “assistencialismo” e deixando também para trás a promoção da participação cívica e cidadania, por meio da “mercantilização” (ou “venda”) dos serviços/respostas sociais (Montano, 2006).

Iamamoto (2000) desafia assim os Assistentes Sociais para que abram e alarguem os seus horizontes, na compreensão das mudanças da sociedade e a sua conseqüente complexidade, bem como os desafios para as políticas sociais, para o Estado e para os modelos de Bem-Estar:

um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (Iamamoto, 2000:20).

Netto (2009) refere ainda que este Serviço Social com mais e maior capacidade ativa não é um “novo profissional”, mas sim, um novo conceito que deverá começar por “(...) refuncionalizar referências e práticas preexistentes, assim como as formas institucionais e organizacionais às quais elas se vinculam (...)” (Netto, 2009:71). É neste contexto que se torna imprescindível que os assistentes sociais se reinventem, e se tornem acima de tudo interventores críticos, trazendo para a profissão a dimensão política através da produção do conhecimento da realidade da intervenção prática.

Contudo, a prática apela a um pensamento estratégico constante e, apesar do passado histórico do Serviço Social, há a necessidade da intervenção não se centrar apenas na capacidade de executar políticas públicas diretamente com os beneficiários, mas acima de tudo, que se desenvolva um pensamento crítico que eleve os assistentes sociais à formulação e gestão dessas mesmas políticas. Na visão de Iamamoto (2000), deverá o assistente social ser

um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detetar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional (Iamamoto, 2000: 21).

Yazbek (2014) afirma que as mudanças e os contextos de crise refletem múltiplos aspetos do Serviço Social, a considerar: i) novas manifestações e expressões quanto ao conceito de “questão social”, resultantes das transformações do capitalismo e das relações sociais cada vez mais desiguais; ii) redefinição dos sistemas de protecção social e política social, por forma

a se ajustarem aos novos contextos; iii) necessidade de construir mediações políticas e ideológicas.

Com o progresso das tecnologias e o seu desenvolvimento, principalmente nos tempos que atravessamos, há um impacto na rapidez e qualidade da informação que chega aos profissionais e conseqüentemente influência a qualidade da sua tomada de decisão. Para decidir é importante possuir dados, informação fidedigna e conhecimento, mas atualmente, apesar do fácil acesso, há dados dispersos, informação contraditória e ambígua e é aí que a capacidade de planejar estrategicamente com base no pensamento crítico pode ter um papel facilitador na tomada de decisão

o planejamento estratégico é um processo focado no futuro e usado para estabelecer prioridades, concentrar recursos e energias, fortalecer operações de modo a garantir que todos os colaboradores e outros interessados estejam a trabalhar em conjunto e na direção dos objetivos definidos pela organização na resposta a um ambiente sempre em constante mudança e cada vez mais globalizado (Montez, 2018:86).

Não sendo o pensamento estratégico o mesmo que o pensamento crítico, pode o pensamento crítico ser um complemento ao pensamento estratégico. Aliando o pensamento estratégico, que é a capacidade de antecipar mudanças e identificar oportunidades emergentes, com o pensamento crítico, que é uma capacidade que todos podem desenvolver de analisar, comparar, avaliar e por fim, ter empatia com determinada situação. Questionar e saber controlar as emoções é um exercício necessário para a prática (Montez, 2018).

O pensamento estratégico permite-nos pensar a longo prazo, considerar e pesar as diversas variáveis, tomar decisões, aprender com os erros e experiência, ajuda a despertar o raciocínio investigativo para melhorar as decisões, solucionar problemas e pode contribuir para sustentar essas decisões, inserindo-se também numa forma de pensar reflexiva. Pela sua importância, à qual muitas vezes não se dá a devida atenção, considera-se os elementos: (Amoroso, 2002, Chaves, 2017):

Antecipação: relacionado com uma visão a longo prazo; Pensamento crítico: estar aberto a questionar as próprias ideias e crenças, reformulando os desafios para aprofundar o assunto que nos interessa e para entender as causas e conseqüências futuras; Interpretação: ser capaz, não apenas de reconhecer, mas de interpretar dados e informações provenientes de várias fontes. Organizar e sintetizar informações antes de desenvolver um ponto de vista consolidado; Decisão: tomar uma decisão e agir, para isso, é importante que o problema a ser solucionado esteja bem definido. Ajuda a entender, posteriormente, que erros fazem parte intrínseca do processo, e dão respostas para o pensamento estratégico, ajudando-nos a evoluir; Alinhamento: atingir o consenso não é fácil. O pensamento estratégico envolve uma abertura no diálogo, a capacidade de construção de confiança e o envolvimento e compromisso de todas as partes interessadas, para que se possa construir uma rede de apoio

que faça frente aos potenciais riscos inerentes a novas iniciativas ou abordagens; e por fim a Aprendizagem: ter um processo de avaliação final, fruto de avaliações intercalares, que foram sucessivamente sendo monitorizadas e revistas.

Chaves (2017) reflete relativamente ao planeamento estratégico na intervenção social como um instrumento fundamental de gestão, para a fundamentação de uma prática transformadora e conseqüente abertura a um novo projeto de sociedade. A autora diferencia o planeamento tradicional do planeamento estratégico. Portanto, o primeiro caracteriza-se como normativo-prescritivo e genérico, enquanto no segundo o plano nunca se encontra acabado, terminando quando se completa a ação.

O planeamento estratégico tem sempre em conta a implicação das circunstâncias (ou conjunturas), através de uma “análise situacional”, não se baseando no tradicional diagnóstico. Este conceito de planeamento possui também a contribuição das diversas áreas de conhecimento, e dos campos de intervenção de diferentes ciências: “(...) Administração, Economia, Pedagogia e Serviço Social são campos do saber-fazer profissional em cujas práticas a ação de planear está implicada” (Chaves, 2017:130).

Logo, este tipo de planeamento deverá ter em conta que: i) os objetivos são pensados a longo prazo, com estratégias e ações mais abrangentes, ii) objeto do planeamento – compreensão da problemática de intervenção; iii) etapas – não existem etapas pré-definidas, são realizadas conforme os momentos se vão desenvolvendo e determinando – são denominados de “módulos operacionais” constituídos pelos elementos que integram o processo de elaboração do “desenho estratégico”.

Considera Chaves (2017) que a principal vantagem se prende com a interação e envolvimento dos elementos que se encontram na base da construção do objeto do planeamento, com a obtenção de dados sobre a realidade, desenvolvendo assim uma proposta compatível com a intervenção.

Por conseguinte, para se conseguir analisar as tendências de mudança do Serviço Social (enquanto área de saber, mas acima de tudo, enquanto profissão), tem necessariamente de se conseguir distinguir as mutações (e as suas implicações) da sociedade, do Estado das Políticas Sociais e qual a sua implicação direta nas políticas sociais na vida das pessoas, na sociedade e isso significa saber planear estrategicamente e pensar criticamente.

2.2. Evidence-based policy em Serviço Social

As bases das evidence-based policy foram visíveis na medicina, onde os pacientes faziam parte das decisões clínicas com resultados visíveis no seu bem-estar (Gray et al.,2009), todavia ao longo dos tempos têm sido transferidas para outras ciências sociais, como por exemplo a educação, psicologia e mais recentemente no serviço social.

Indubitavelmente, ao adequar as políticas públicas sociais ao seu público-alvo, a execução e avaliação da sua implementação, seria uma mais valia para a sociedade em que se encontram (território nacional e/ou local), podendo ser um fator de inclusão dos indivíduos que se encontram em situação desfavorável e/ou carenciada, na medida em que participariam no seu projeto de vida:

cada pessoa é singular quer pela sua biografia, pelo seu contexto, pela sua capacidade intelectual, pela sua experiência de vida, o que influencia de forma singular o seu pensamento, a sua conduta e os seus sentimentos. Como cada pessoa é diferente das demais, o acompanhamento que necessita é, de alguma forma, também diferente e deve ir ao encontro das necessidades específicas de cada um e ajudar a ativar as suas próprias habilidades e recursos para resolver os seus problemas ou dificuldades. (Guerra, 2019:99)

O Estado deve empenhar-se na promoção de soluções e resoluções para os problemas sociais da sociedade, mas Banks (2009) afirma que os decisores políticos recorrem apenas à teoria e muitas das suas deliberações provêm das suas ideologias políticas, sem recorrer a provas que evidenciem a eficácia das suas decisões políticas. Sendo assim, o autor defende que existem sete aspetos essenciais nas políticas baseadas em evidências: a metodologia, os dados, a transparência, o tempo, a capacidade/perícia¹, independência e recetividade.

Num primeiro momento, deve-se “compreender o problema” bem como os impactos das diferentes políticas: eficácia, objetivos, efeitos diretos e indiretos, quantificação dos impactos (diferentes políticas para diferentes grupos). Para tal, é essencial que existam dados para comparações (“antes e depois” da implementação de algumas medidas) por forma a que se possa clarificar a realidade da implementação das políticas – sem estes elementos é incompreensível a análise e medição das políticas, bem como os custos e repercussões nos orçamentos governamentais.

A partir do momento em que são mostrados à população os dados, métodos e impactos das medidas a propostas, com toda a transparência, os sujeitos são suscetíveis de perceber o que poderá mudar/melhorar nas suas realidades e podem também contribuir com as suas opiniões/recomendações - participação cívica² e responsabilidade – minorando os impactos negativos e as suas consequências.

A transparência é um aspeto que demonstra um sinal de confiança entre o poder político e as comunidades, permitindo melhorar e antecipar as diferentes linhas de ação.

Todavia a exigência da transparência acima mencionada poderá ter os seus inconvenientes, uma vez que envolve tempo e esforço na sequência dos processos de tomada de decisão e por parte dos governos, a necessidade de rapidez das políticas sobrepõem-se à necessidade de investigação e de evidências e provas da sua concretização.

¹ Banks (2009) aplica o termo “*expertise*”

² Tomando como exemplos: consultas públicas, orçamentos participativos

É, por isso, fundamental, que para que existam evidências sólidas, a investigação e análise dos dados seja realizada por pessoas qualificadas, capacitadas e com aptidão para o efeito e com visão do chamado “mundo real” e para que os resultados da investigação sejam credíveis, não sendo apenas assentes em pressupostos e julgamentos que possam influenciar os mesmos, nem baseados apenas em “opiniões”, mas em fatores de análise concretos – sendo este aspeto suscetível de ser também assumido pelos assistentes sociais – tendo em conta os contextos territoriais e históricos dos grupos e/ou indivíduos.

A promoção do EBP no Serviço Social abre caminhos à participação e esforços interdisciplinares, sendo até um “convite à participação de assistentes sociais em preparação de orientações práticas, no desenvolvimento da investigação prática” (Thyer,2002:6), como elemento integrante na produção de benefícios e bem-estar para comunidade e indivíduos e de dimensão crítica da profissão.

São os contextos de crise que dão ênfase aos impactos da execução dos direitos sociais e nas implicações que estes podem ter nas condições de vida dos indivíduos. Devem assim, os assistentes sociais como agentes promotores dos direitos e como detentores do conhecimento teórico de indícios de desigualdades (económicas e sociais) das populações mais vulneráveis, estar atentos, motivados e com posicionamento crítico para demonstrar os efeitos de medidas desadequadas que conseqüentemente possam vir a dar lugar á desproteção social e ao agravamento das restrições e limitações ao acesso de prestações sociais e serviços.

O conhecimento teórico e metodológico permite produzir uma intervenção que contribua para uma intervenção sustentada, bem como para a produção de resultados e conhecimento resultante deste duplo processo de ação. O diagnóstico como instrumento de programação e avaliação da ação social é apontado como uma ferramenta que permite uma melhor gestão dos recursos disponíveis e que contribui para a potencialização das redes sociais existentes entre os vários atores. (Casquilho-Martins,2018:243)

Os recursos financeiros e humanos do poder público são limitados e, com o devido conhecimento teórico e metodológico, o contributo do Serviço Social na prática de EBP poderá ajudar a determinar a melhor forma de onde e como se podem destinar esses recursos, ao mesmo tempo que se consegue responder às necessidades da comunidade.

Uma política é eficaz quando ela atinge o seu objetivo/meta, enquanto uma política eficiente é aquela que é eficaz a um menor custo. Dessa forma, uma outra etapa importante no processo de formulação de política pública é a análise de custo-efetividade do programa, que nos permite comparar o impacto relativo de diversos programas e com isso, determinar qual deles deve receber a atenção (recursos) do poder público (Pessanha e Pedro, 2020).

Por fim, a avaliação e monitorização das políticas sociais são instrumentos a utilizar para aferir e identificar a eficácia e constrangimentos das mesmas, verificando-se a necessidade de redesenhar, expandir ou terminar com a sua execução (Pessanha e Pedro, 2020).

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

No presente capítulo é descrita a metodologia que foi utilizada neste trabalho. A investigação se insere no paradigma interpretativista, que considera o processo de pesquisa capaz de mudar o objeto de pesquisa devido à sua subjetividade, pressupondo que a realidade é uma construção social constituída por dupla-hermenêutica em que o investigador interpreta a percepção dos pesquisados (Scherer, 2005, Vergara e Caldas, 2005). Suporta-se na teoria crítica porque tem uma intencionalidade emancipatória, na qual a investigação deve criticar a condição social vigente vs distribuição de poder, recusando a rotina conservadora e com o objetivo de descobrir se existe e quais são as normatividades da ação social e as relações de dependência.

Caracteriza-se como exploratório descritivo, por alinhar a frequência com que um fenômeno ocorre, a sua relação e conexão com outros, a natureza e características. Segundo Gil (2010, p. 41), esse tipo de pesquisa proporciona “maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito”. A abordagem é mista (mix methods), pois engloba uma aproximação interpretativa do mundo e tenta salientar os elementos dos acontecimentos (Denzin e Lincoln, 2006) aliando métodos quantitativos e qualitativos. Para Creswell (2007, p.27) significa “uma abordagem de investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa”. Embora sendo duas abordagens antagônicas, planeiam-se de forma que uma prevaleça sobre a outra, mas que ao mesmo tempo se complementem na apresentação de resultados e tem a vantagem de não se reduzir a sua aplicação apenas aos métodos, mas sobretudo aos tipos de recolha de dados.

3.1. Campo Empírico

O campo empírico desta investigação são as políticas sociais e a percepção dos assistentes sociais face às mesmas, na intervenção diária e sobre a sua contribuição para a conceção de políticas sociais.

Após delimitado o campo empírico a pesquisa foi orientada pela seguinte pergunta de partida “De que forma é que os Assistentes Sociais intervêm e são influenciados através das políticas sociais?”. O trabalho foi desenvolvido em torno desta problemática, consolidando-se através do enquadramento teórico numa construção sustentada para delimitar o objeto de estudo, que é a influência das políticas sociais na prática dos assistentes sociais.

O objetivo geral deste estudo é: perceber a influência das políticas sociais na intervenção do Assistente Social. Os objetivos específicos são: compreender a percepção do assistente social sobre aplicação das medidas de política social no processo de intervenção; identificar processos de avaliação na implementação das políticas sociais; identificar os mecanismos de

participação, associativismo e representação coletiva do assistente social e identificar os desafios à participação do assistente social no processo de conceção das políticas sociais.

3.2. Universo e Amostra

O universo desta pesquisa são os assistentes sociais com exercício de funções e experiência profissional em Portugal Continental e Regiões Autónomas. A amostra selecionada pode ser classificada como não probabilística, dado que a seleção foi feita por acessibilidade e tipicidade (Vergara, 1997). No caso das entrevistas exploratórias, consideramos suficientes 3 entrevistas e a seleção da amostra foi intencional, entendeu-se ser a melhor opção visto que tínhamos acesso limitado aos participantes (Vieira, 1999) pela situação de confinamento provocada pela Covid 19. No que respeita ao inquérito por questionário, este foi aplicado online a uma amostra por conveniência, a opção deveu-se ao facto de ser acessível e com tendência crescente, contudo reconhecemos que pode ser enviesada visto que não controlamos se representa bem a amostra (Vieira, 1999).

Tabela 3.1 – Universo e Amostra da investigação

Universo	Amostra
Assistentes Sociais em Portugal	Número de respostas: 153

Fonte: Elaboração própria

Por não se conhecer o número exato de que contempla o universo de assistentes sociais em Portugal, não é possível inferir os resultados. A amostra deste estudo contou com 153 resposta válidas de assistentes sociais.

3.3. Técnicas de Recolha e Tratamento de Dados

Como já referido, realizaram-se três entrevistas exploratórias, entre os dias 05 Dezembro 2020 e 22 Dezembro 2020 que, devido à pandemia COVID-19 e por questões de segurança para a investigadora e os entrevistados, foram feitas através da plataforma ZOOM.

O guião das entrevistas (ver Anexo A) era composto por oito perguntas, e sempre que necessário a investigadora realizou a reformulação das mesmas por forma a direcionar a entrevista e de forma que não se perdesse o foco nos objetivos da pesquisa. A vantagem deste tipo de entrevistas é proporcionar, posteriormente à revisão de literatura, mais familiaridade com a problemática que se quer estudar, ajuda a situar e clarificar o tema de pesquisa (Gil, 2010).

Após a realização das entrevistas, procedeu-se à sua transcrição e análise de modo a passar à construção do instrumento quantitativo da recolha de dados. Elaborou-se um inquérito por questionário (Anexo C) com o título “*Assistentes Sociais e Políticas Sociais*”. Os dados recolhidos através deste questionário e as respostas foram obtidas *online*. Utilizou-se o formulário do Google (Google Forms) tendo sido cumpridos todos os pressupostos de confidencialidade dos dados e os participantes iniciavam o inquérito dando o seu consentimento informado (Anexo C). Depois desta primeira etapa, os participantes respondiam ao inquérito por questionário elaborado e dividido em três partes, subdivididas em categorias:

1. Caracterização - Caracterização sociodemográfica, experiência profissional, distrito de intervenção profissional, habilitações académicas, áreas de atuação profissional, tipologia de população de intervenção;
2. Evolução das Políticas Sociais, Avaliação das Políticas Sociais, Intervenção e Políticas Sociais
3. Associativismo e representação coletiva

Para fazer o levantamento das perceções dos profissionais acerca do tema, construíram-se uma série de afirmações e recorreu-se a uma Escala de Likert de 5 pontos, solicitando o grau de concordância dos inquiridos relativamente às afirmações distribuídas em seis dimensões/categorias (área de intervenção, evolução das políticas sociais, avaliação das políticas sociais, intervenção e políticas sociais, associativismo e representação coletiva).

O questionário esteve disponível *online* entre os dias 12 de Abril 2021 e 03 de Maio de 2021, foi divulgado e partilhado através das redes sociais, LinkedIn e Facebook, em grupos específicos de assistentes sociais.

3.4. Limites à investigação

Todas as investigações têm condicionantes que nos limitam de fazer jus às expectativas iniciais e esta não foi diferente. Face à amplitude do tema, temos consciência de que se cruza com muitas outras dimensões, fatores e variáveis e que nem todas puderam, face ao tempo disponível e aos objetivos estabelecidos, ser exploradas, assumindo esta como a maior limitação.

Não descuramos o facto de que os questionários respondidos, podem dar respostas falsas, que, por razões conscientes ou inconscientes (ex. falta de compreensão sobre o pretendido) se arrisque a ter resultados enviesados.

Inicialmente pretendia-se fazer entrevistas semi-estruturadas a assistentes sociais que exercessem cargos de decisão política para posterior articulação com o inquérito por questionário e tal não foi possível, dada à situação vivida por causa da pandemia Covid19.

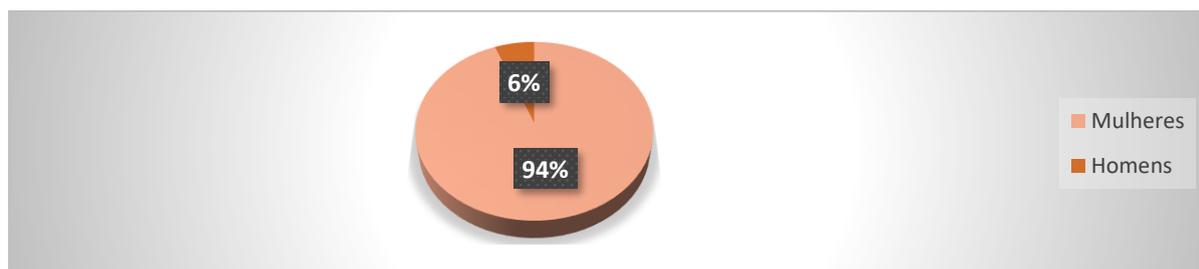
A pressão tempo e limite do número de páginas também condiciona a necessidade de reflexão de um trabalho com esta exigência e responsabilidade, contudo, temos a noção que um processo de investigação é isso mesmo, um processo, que nos dá conhecimento, maturidade e permite apenas deixar mais um pequeno contributo à comunidade científica e à sociedade.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS

4.1. Caracterização dos inquiridos

Responderam ao inquérito 153 Assistentes Sociais com exercício de funções e experiência profissional em Portugal Continental e Regiões Autónomas.

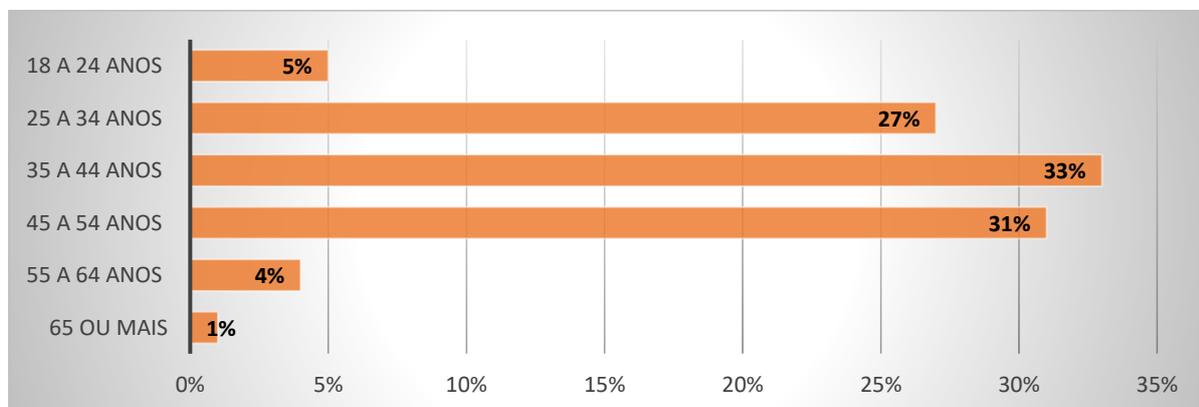
Gráfico 4.1 – Sexo dos inquiridos



Fonte: Elaboração própria

Dos profissionais inquiridos, 144 são do sexo feminino, representando 94% e 9 elementos do sexo masculino que representa 6% do total de participantes do estudo.

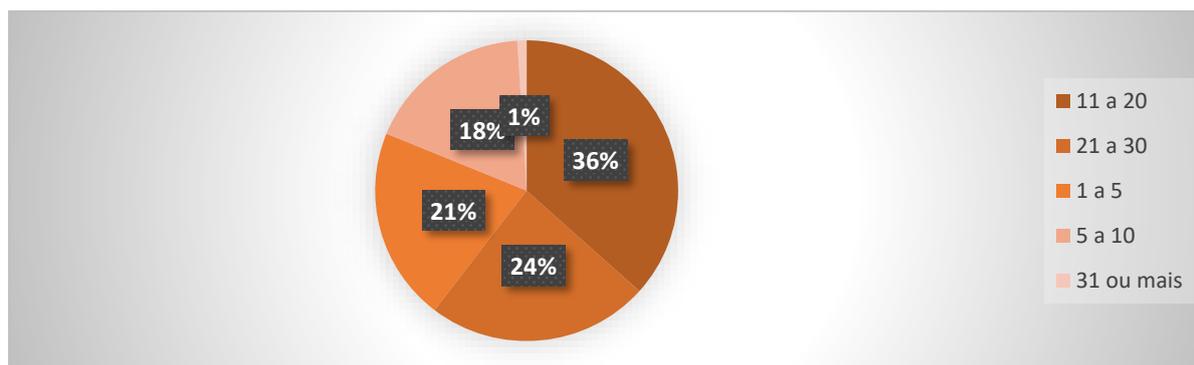
Gráfico 4.2 – Idade dos inquiridos



Fonte: Elaboração própria

Considerando o agrupamento dos dados relativos à idade por escalões etários, é no escalão entre os 35 e os 44 anos que se centraliza o maior número de respostas (33%), seguidos dos escalões 45 a 54 anos (31%) e 25 a 34 anos (27%). As idades dos profissionais inquiridos variam entre os 21 anos e os 65 anos de idade, situando-se a média de idades nos 39,6 anos.

Gráfico 4.3 – Anos de Experiência Profissional dos Inquiridos



Fonte: Elaboração própria

Nas respostas obtidas verifica-se que os assistentes sociais na sua maioria têm experiência profissional superior a 11 anos (num total de 60% entre os 11 e os 30 anos), seguidos dos 1 a 5 anos (21%) e 5 a 10 anos (18%) e com pouca expressividade neste inquérito de assistentes sociais com experiência profissional acima dos 31 ou mais anos (1%).

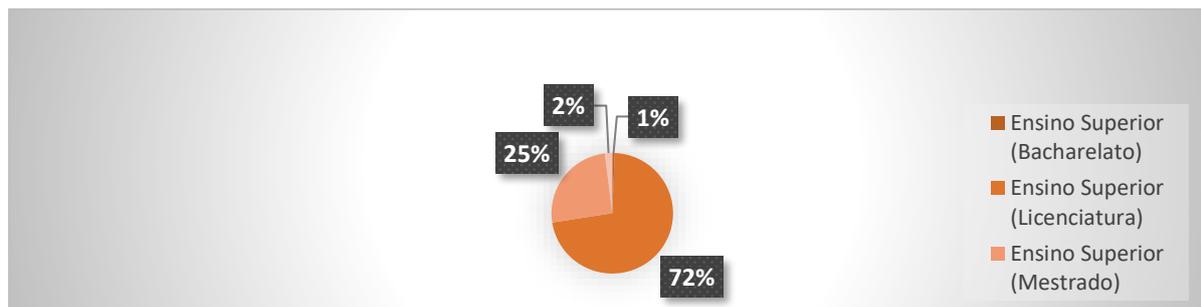
Quadro 4.1 – Distrito de intervenção profissional dos inquiridos

Distrito	N.º respostas	Distrito	N.º respostas
Aveiro	4	Lisboa	52
Beja	2	Portalegre	4
Braga	5	Porto	10
Bragança	3	R.A. Açores	5
Castelo Branco	4	R.A. Madeira	7
Coimbra	6	Santarém	5
Évora	3	Setúbal	18
Faro	4	Viana do Castelo	0
Guarda	0	Vila Real	4
Leiria	12	Viseu	5

Fonte: Elaboração própria

As maiores percentagens de respostas obtidas correspondem a assistentes sociais a exercer funções nos distritos de Lisboa (34%) e de Setúbal (12%). Não se obtiveram respostas dos distritos da Guarda e de Viana do Castelo.

Gráfico 4.4 – Habilitações Académicas dos inquiridos



Fonte: Elaboração própria

As habilitações literárias dos profissionais variam entre a Licenciatura (72%) e o Bacharelato (1%). Porém, para além da Licenciatura, verifica-se que há profissionais com formação pós-graduada, nomeadamente mestrado (25%) e o doutoramento (2%).

Quadro 4.2 – Áreas de atuação dos inquiridos

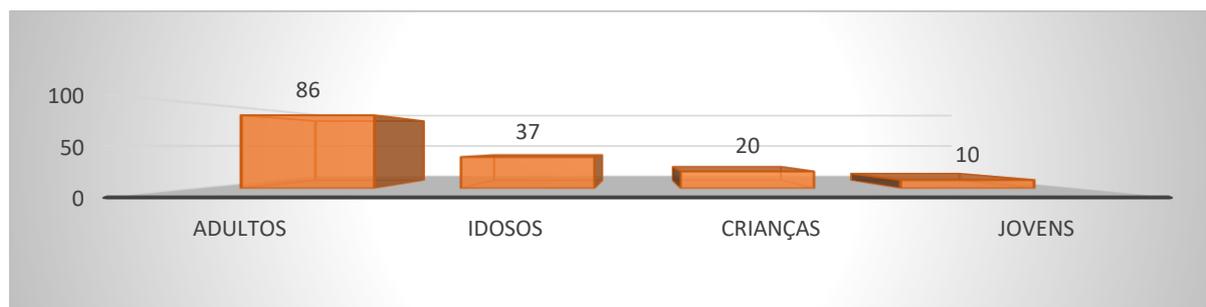
IPSS	33%
Saúde (Outra)	12%
Autarquias	11%
Outra	10%
Segurança Social	8%
Ação Social	8%
Saúde Hospitalar	7%
Educação	5%
CPCJ	2%
Habitação	2%
Estabelecimentos Prisionais	0%
Justiça	0%

Fonte: Elaboração própria

Os dados demonstram que os profissionais exercem as suas funções predominantemente no terceiro sector – IPSS, seguindo-se as áreas da administração local e central, situação já mencionada por Casquilho-Martins (2018) na sua extensa e aprofundada investigação sobre o período de austeridade de 2008-2014, em que se verificou uma transferência de respostas para o terceiro setor.

Outras áreas de atuação não identificadas no questionário: Emprego e Formação Profissional, Deficiência, Sem-Abrigo, Intervenção Comunitária, Intervenção Privada, RSI, Intervenção Familiar, ERPI Privada, APAV, GNR, Ministério da Defesa Nacional, Acolhimento Temporário.

Gráfico 4.5 – Tipologia de População de intervenção dos inquiridos



	Frequência	%
Adultos	86	56,2
Crianças	20	13,1
Idosos	37	24,2
Jovens	10	6,5
Total	153	100,0

Fonte: Elaboração própria

Neste estudo, prevalecem as respostas dos Assistentes Sociais que intervêm com a população adulta e idosos (123 respostas), representando assim 80,4%. Apenas 19,6% dos inquiridos trabalham com crianças e jovens.

4.2. Associativismo e representação coletiva

Quadro 4.3 – Associativismo e representação coletiva dos inquiridos

		Frequência
Sou associado(a) da APSS - Associação de Profissionais de Serviço Social	Não	108
	Sim	45
Sou associado(a) do SNAS - Sindicato Nacional dos Assistentes Sociais	Não	149
	Sim	4
Sou associado a algum sindicato	Não	130
	Outro	2
	Sim	21

É possível também verificar a fraca adesão dos profissionais de Serviço Social nas associações e/ou sindicatos de representatividade coletiva. Da totalidade das respostas, apenas 45 (29,4%) assistentes sociais são associados da APSS – Associação de Profissionais de Serviço Social, 4 (2,6%) são sócios do SNAS – Sindicato Nacional dos Assistentes Sociais e 23 (15%) associados de outros sindicatos. Relativamente a outros sindicatos, apenas 2 profissionais apontaram – STAL e STE, sendo que 21 dos inquiridos não identificou a associação sindical de trabalhadores à qual pertence. Este resultado remete-nos para Iamamoto (2003) que entende a ação profissional, interligada não só à mediação para o

acesso a direitos, mas igualmente para a necessária participação política, na mobilização coletiva da classe profissional.

4.3. Resultados das Dimensões

4.3.1 Área de intervenção



A maioria dos participantes no inquérito (72,5%), discordam/discordam totalmente e consideram que as políticas sociais não se encontram atualizadas de acordo com as necessidades da sociedade. Apenas 24,2% tem opinião contrária, concordando com o estado atual das políticas sociais.

Das narrativas das entrevistas exploratórias realizadas, também foi possível verificar esta discordância, sugerindo que esta desatualização é motivada pelo contexto político

“...não estão atualizadas e elas próprias são vítimas da mudança e dos recomeços dos vários Governos...” (E.2)

“...elas próprias são um fenómeno social...presentes na agenda política, apresentadas como um problema... (...) e o que dão os fenómenos sociais? Mediatismo! Visibilidade!” (E.2) e também quanto aos beneficiários

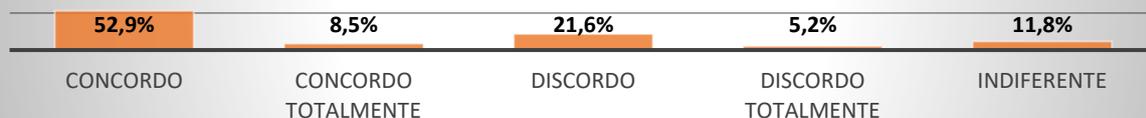
“...não se encontram de acordo (...) orientadas para os mais carenciados e a classe média sem resposta...” (E.3).

As opções políticas a partir de 2011 conduziram a um enfraquecimento do Serviço Social na sua afirmação junto do poder político, que já estava enfraquecida. Contudo, e de acordo com Casquilho-Martins (2018) recentemente:

Num quadro de crise, e de condicionantes políticas, o Serviço Social teve de superar uma matriz assistencialista que pertence ao passado remoto da profissão. Atualmente o Serviço Social deve ter um enfoque nos Direitos Humanos e não no controlo social (Casquilho-Martins, 2018:235).

Isto significa que não havendo políticas atualizadas às necessidades da sociedade, está posto em causa o que é preconizado por um estado de Direito.

De acordo com a minha experiência profissional, considero que as políticas sociais se têm afastado das necessidades da sociedade.



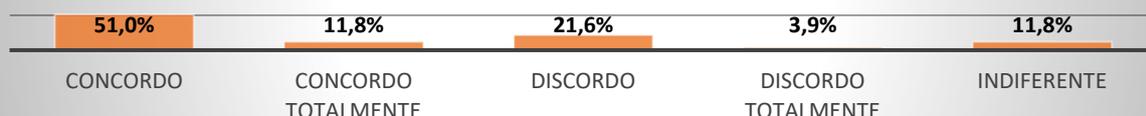
Relativamente ao afastamento das políticas sociais das necessidades da sociedade, e segundo a sua experiência profissional, 61,4% concorda/concorda totalmente, em contraponto com 26,8% que discordam/discordam totalmente. De relevar a percentagem de 11,8% de participantes que responderam “Indiferente”.

Na minha área de intervenção considero que as políticas sociais se encontram atualizadas de acordo com as necessidades da área.



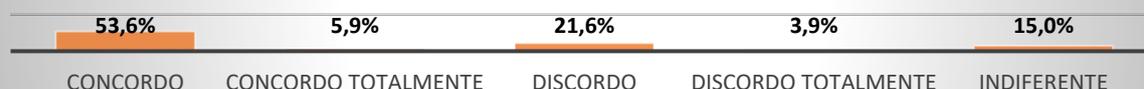
Nas diferentes áreas de intervenção dos participantes, 64% discorda/discorda totalmente quanto à afirmação de “que as políticas sociais se encontram atualizadas de acordo com as necessidades da área”. Apenas 26,2% concorda/concorda totalmente, e verifica-se uma percentagem de 9,8% de participantes que responderam “Indiferente”.

Na minha área de intervenção considero que as políticas sociais não respondem às necessidades da área.



Também nas diferentes áreas de intervenção, 62,8% (num total de concordo/concordo totalmente) consideram que as políticas sociais existentes da sua área não respondem às necessidades e 25,5% discordam/discordam totalmente desta afirmação e 11,8% de participantes responderam “Indiferente”.

De acordo com a minha experiência profissional, consigo criar estratégias com as políticas sociais vigentes para dar resposta às necessidades da área onde atuo.



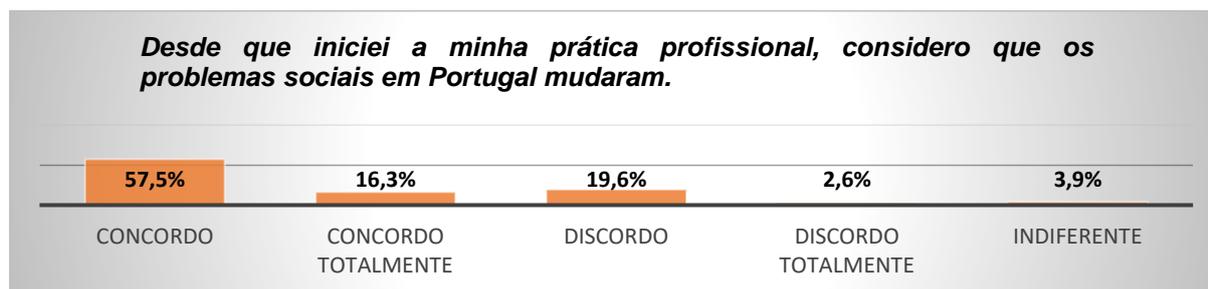
Apesar da maioria dos participantes considerarem que as políticas sociais da área não se encontram atualizadas e não respondem às necessidades de intervenção, 59,5% consegue criar estratégias de intervenção com as políticas sociais vigentes para dar respostas às necessidades da área, enquanto 25,5% revela que não consegue e 15% de participantes que responderam “Indiferente”.

É importante realçar que apesar de não ter grande significado estatístico, responder “indiferente” a questões desta natureza, é preocupante, pensando o Serviço Social como uma área de intervenção na questão social, pode-se pensar que como refere Casquilho-Martins (2018):

O facto de exercerem a sua atividade em situações precárias, com pouca estabilidade profissional, baixos vencimentos e condições hostis no local de trabalho geram desmotivação, insegurança e conformismo perante as diretrizes do poder hierárquico, afetando qualidade da sua atuação profissional (Casquilho-Martins, 2018:235-236).

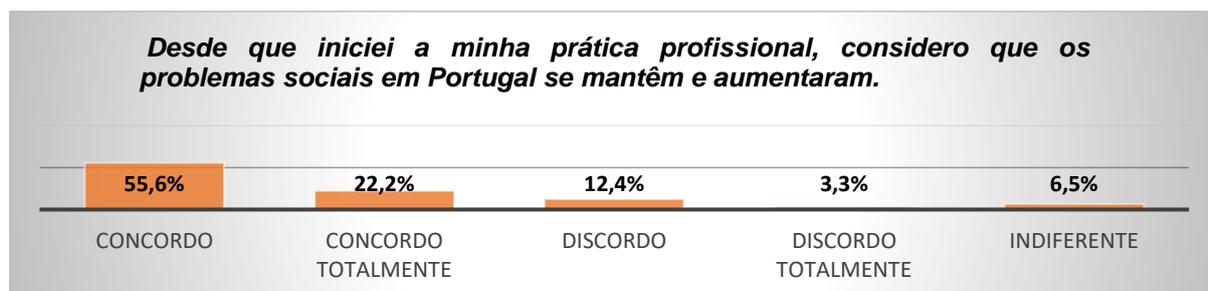
Ainda assim, fica a convicção de que o compromisso ético-político que nos guia, deveria estar salvaguardado, mesmo em situações de pressão e desalento.

4.3.2 Evolução das políticas sociais



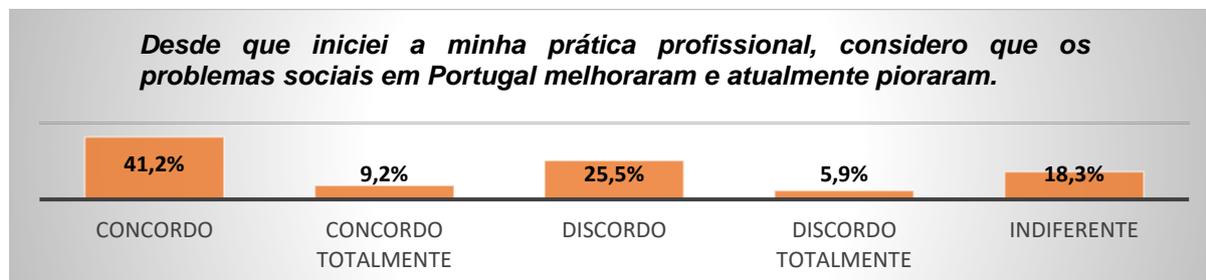
Nesta dimensão, 73,8% dos participantes consideram que os problemas sociais em Portugal mudaram desde que iniciada a sua prática profissional. Apenas 22,2% discorda desta afirmação, e a narrativa de uma das profissionais entrevistada revela que

“...não mudaram. Apresentam-se sim, de formas diferentes... as políticas são iguais, mas com nomes diferentes.” (E.1)

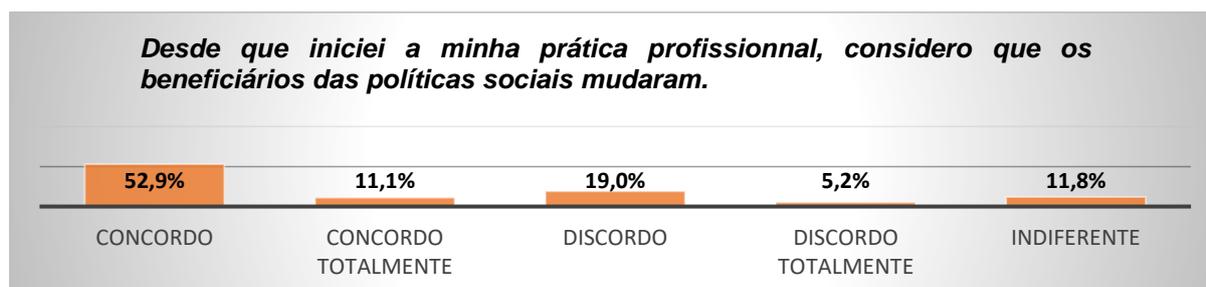


Quanto aos problemas sociais em Portugal 77,8% dos inquiridos considera que mantêm e aumentaram, apenas 15,7% discorda.

Considera-se que a este nível, há que ter em conta a prática profissional se faz pelos condicionada pelos processos sociais em curso em cada momento histórico e mais uma vez a par com as suas mudanças, vivemos numa sociedade cada vez mais complexificada o que significa que aos “velhos” se juntem “novos” contornos dos mesmos problemas e surjam outros que necessitam de atenção.



É interessante verificar que aqui diminui em cerca de 20% a perceção dos inquiridos, face à concordância de que os problemas sociais se mantêm, 50,4% considera que os problemas sociais em Portugal melhoraram e atualmente pioraram. 31,4% discorda e 18,3% refere que é “Indiferente”.

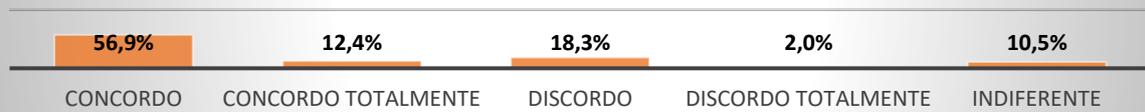


Quanto ao início da sua prática profissional, 64% dos assistentes sociais concordam que os beneficiários das políticas sociais mudaram, enquanto 24,2% discorda e 11,8% refere que é “Indiferente”. Seria pertinente numa futura investigação aprofundar quais tinham sido essas mudanças e em que dimensões.



Para 81,7% dos inquiridos os beneficiários das políticas sociais mantêm-se e surgiram novos. 10,4% discorda e 7,8% refere que é “Indiferente”. Não se percebe em relação à resposta anterior qual a coerência, apenas no fato de surgiram novos públicos.

Desde que iniciei a minha prática profissional, considero que os beneficiários das políticas sociais mudaram e atualmente surgiram novos.



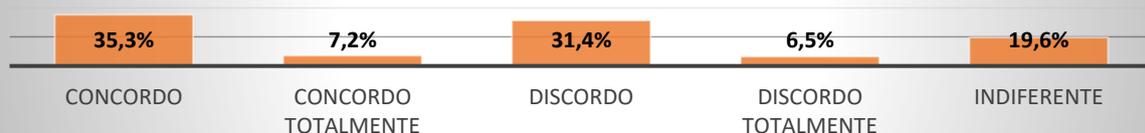
Aqui 69,3% considera que os beneficiários das políticas sociais mudaram e atualmente surgiram novos. 20,3% discorda e 10,5% refere que é “Indiferente”. O que já é mais congruente com a resposta em que os inquiridos concordam com a mudança dos beneficiários ao longo do tempo.

Ao longo dos anos no meu exercício profissional, considero que têm existido diferenças na evolução das políticas sociais.



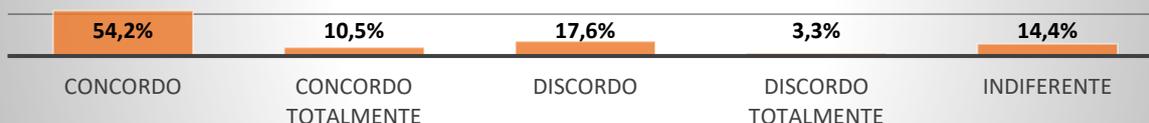
Ao longo dos anos de exercício profissional, 58,2% considera que têm existido diferenças na evolução das políticas sociais, 22,2% discorda e é relevante verificar que 19,6% refere que é “Indiferente”.

Ao longo dos anos no meu exercício profissional, considero que as políticas sociais estagnaram.



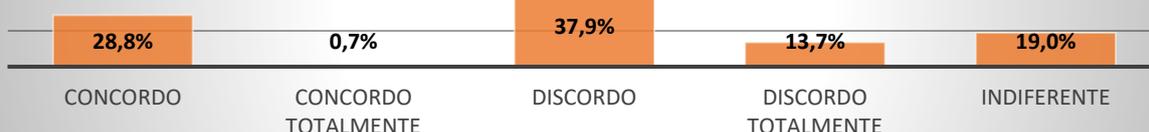
São 42,5% os consideram que as políticas sociais estagnaram e 37,9% discordam. De notar que 19,6% refere que é “Indiferente”, o que nos parece grave, considerando que muitas vezes o discurso dos assistentes sociais é, que deveriam participar da conceção de políticas e tomada de decisão, mas certamente com indiferença não se poderá intentar fazer parte integrante desse processo.

Ao longo dos anos no meu exercício profissional, considero que houve evolução das políticas sociais, mas não respondem às necessidades.



Sobre a evolução das políticas sociais 64,7% considera que houve, mas não respondem às necessidades, 20,9% discorda e 14,4% refere que é “Indiferente”.

Ao longo dos anos no meu exercício profissional, considero que têm existido diferenças na evolução das políticas sociais e a avaliação é positiva.



Num total acumulado de respostas de “discordo” e “discordo totalmente”, 51,6% das respostas revelam que apesar das diferenças na evolução das políticas sociais esta é avaliada de forma positiva, enquanto 29,5% concorda e 19% refere que é “Indiferente”.

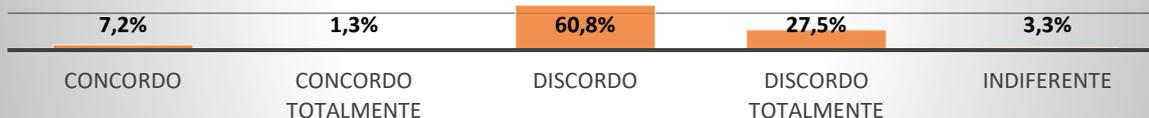
4.3.3 Avaliação das políticas sociais

Considero que são feitas as avaliações necessárias das políticas sociais implementadas.



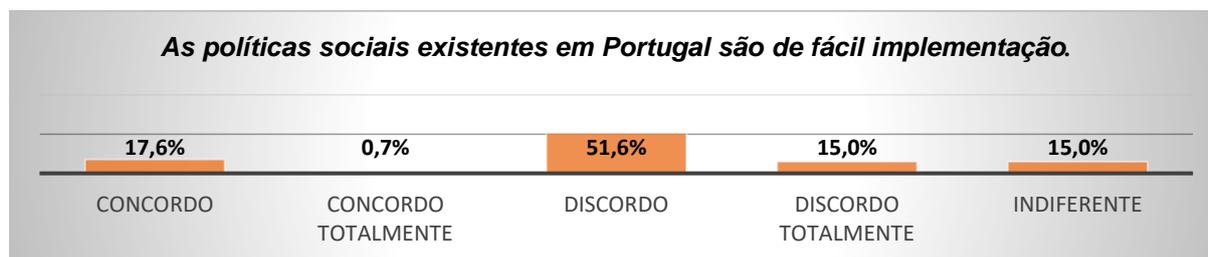
A maioria, 85,6% discorda que são feitas as avaliações necessárias das políticas sociais implementadas, apenas 9,2% concorda e 5,2% refere que é “Indiferente”.

O levantamento e monitorização das necessidades da população portuguesa é feito com a devida regularidade.

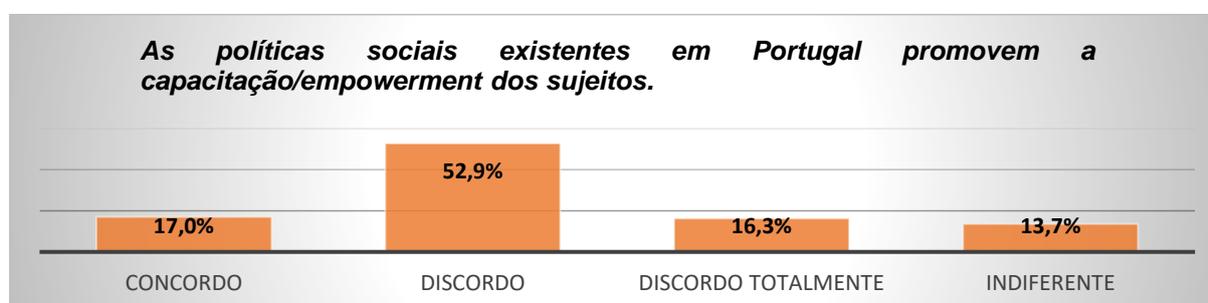


Sobre se o levantamento e monitorização das necessidades da população portuguesa é feito com a devida regularidade 88,3% discorda, 8,5% concorda e 3,3% refere que é “Indiferente”.

Assim sendo, levantam-se questões de como se podem compreender as necessidades reais de uma sociedade.



Quando afirmado que as políticas sociais existentes em Portugal são de fácil implementação, 66,6% discorda, 18,3% concorda e 15% refere que é “Indiferente”. E neste contexto também teria sido interessante aprofundar a causa desta perceção e como seria para os profissionais uma política social de fácil implementação.

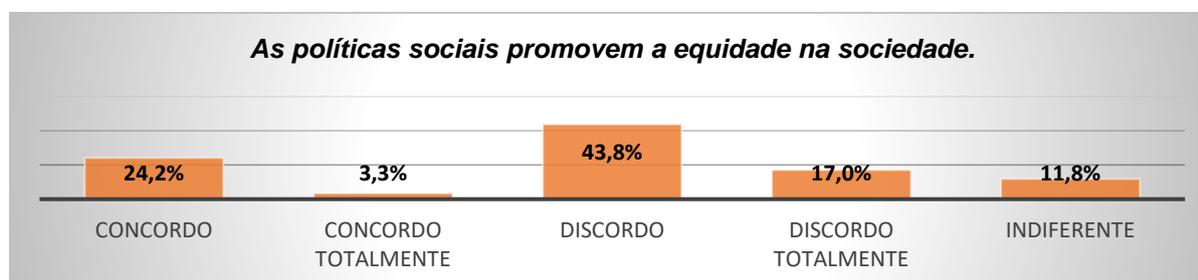


Houve 17% de inquiridos que concordaram que as políticas sociais existentes em Portugal promovem a capacitação/empowerment dos sujeitos, enquanto 69,2% discordam e 13,7% refere que é “Indiferente”.

Na narrativa de uma das entrevistadas, as políticas sociais

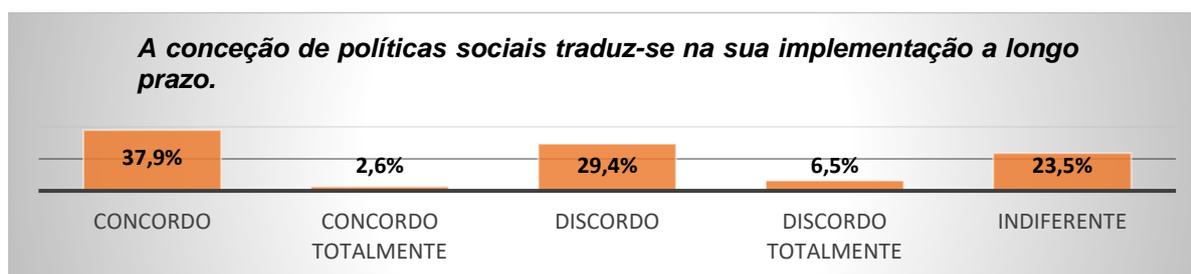
“...deveriam ser um investimento (...) chamando à responsabilidade dos apoiados.” (E.2)

fazendo com que os beneficiários também fossem parte integrante da resolução das suas problemáticas, é importante este esclarecimento, para que não fique a impressão de que o sujeito é responsável pela sua condição.



Grande número de respostas (num total de 60,8% - discordo/discordo totalmente) dos assistentes sociais não concordam que as políticas sociais promovam a equidade na sociedade, apenas 27,5% concorda e 11,8% refere que é “Indiferente”. Esta discordância é observada também na narrativa da entrevistada:

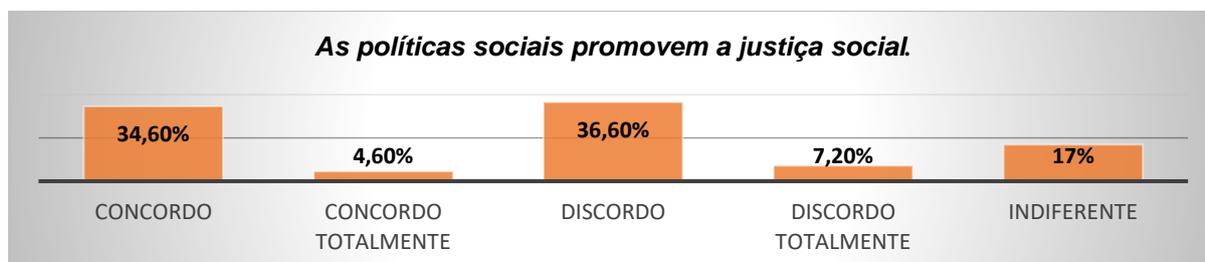
“...existe preocupação para que as políticas sociais cheguem a todos, mas infelizmente com critérios de injustiça, gerando revolta a quem paga os seus impostos...” (E.1)



Sobre esta afirmação, 40,5% concorda, 35,9% discorda e 23,5% refere que é “Indiferente”.



Na perspetiva de parte significativa dos assistentes sociais (num total de 54,9% - discordo/discordo totalmente) os sujeitos beneficiários das medidas não tomam consciência da sua problemática nem participam na tomada de decisão e co construção do seu projeto de vida, em contraponto com 33,3% que concordam e 11,8% que refere ser “Indiferente”. Destes últimos resultados, podemos perceber que alguns assistentes sociais se regem apenas na aplicação das políticas/medidas de apoio.



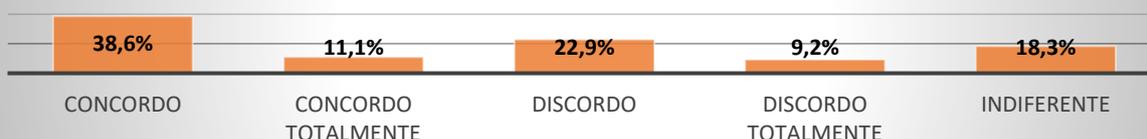
Nesta afirmação, os resultados são próximos, embora existam diferenças a assinalar, 43,8% (num total de discordo/discordo totalmente) considera que as políticas sociais não promovem a justiça social, 39,2% concorda e 17% refere que é “Indiferente”, mais uma vez, este último resultado e o posicionamento de alguns assistentes sociais na promoção da justiça social deve ser tido em conta, justificando a intervenção de alguns profissionais como executores de políticas.

O acesso às políticas sociais é igual para qualquer cidadão, independentemente da sua condição económica.



A maioria dos assistentes sociais (72,6%) reconhece a desigualdade de acesso às políticas sociais pelo cidadão, independentemente da sua condição económica. Só apenas 17,7% considera que o acesso é igual e 9,8% refere que é “Indiferente”.

O acesso às políticas sociais é um fator de exclusão.



Como reconhecida a desigualdade de acesso às políticas sociais, na questão anterior, os assistentes sociais consideram este elemento como um fator de exclusão, 49,7% (num total de concordo/concordo totalmente), 32,1% não têm a mesma opinião e uma percentagem considerável 18,3% refere que é “Indiferente”.

4.3.4 Intervenção e políticas sociais

Os Assistentes Sociais devem participar na conceção de políticas sociais.



Uma expressiva maioria de 98,6% concorda/concorda totalmente. Esta concordância é fundamentada de forma transversal nas narrativas das entrevistadas:

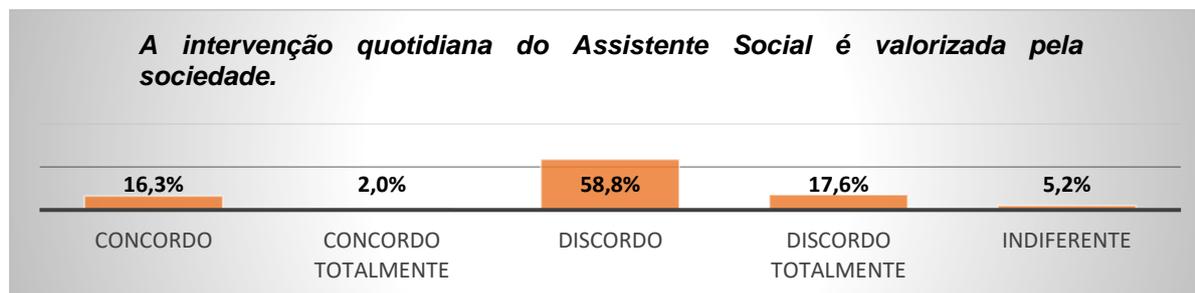
“...logo desde o início! Seremos chamados para grupos de trabalho, com presença na audição e no levantamento do diagnóstico de necessidades! Os Assistentes Sociais estão no terreno...na intervenção e com maior conhecimento da realidade!” (E.1)

“...começar logo pela escrita sobre a nossa prática – o chamado evidence-policy...” (E.2)

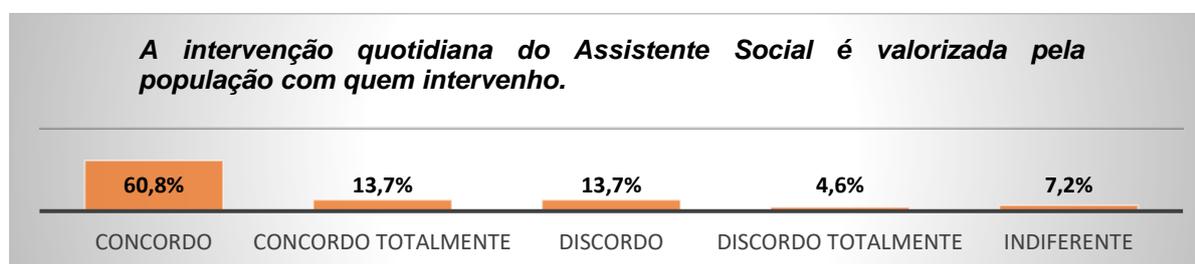
“...os assistentes sociais não dão pareceres técnicos e contributos para a conceção (...) não existimos! Ou não interessa que devamos existir! São mais úteis outros profissionais de outras áreas...” (E.3)

As respostas ao inquérito, bem como as narrativas das entrevistas refletem que, tendo em conta a maior proximidade com a realidade, bem como o reconhecimento de algumas

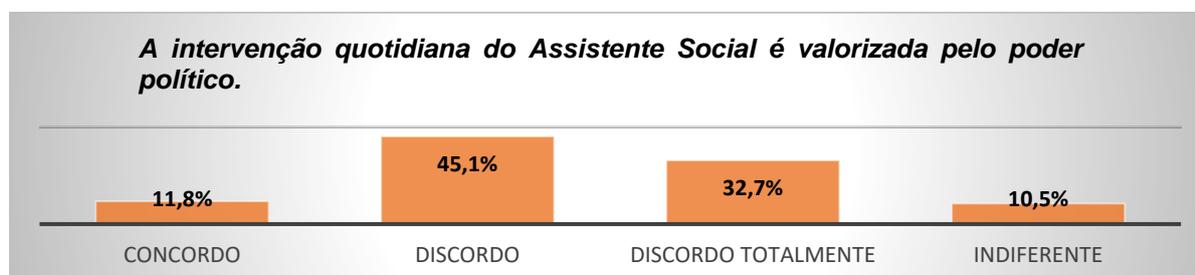
lacunas nas políticas sociais/medidas, os contributos e pareceres técnicos do Serviço Social seriam uma mais valia para a melhoria da sua conceção.



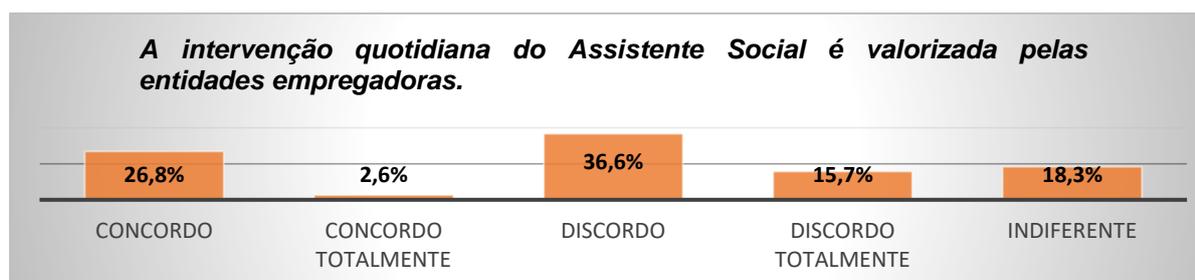
A maioria das respostas dos assistentes sociais deste inquérito (num total de 76,4% - discordo/discordo totalmente) sente que a sua intervenção quotidiana não é valorizada pela sociedade.



Porém, a perceção da intervenção do assistente social junto da população com quem intervém (num total de 74,5% - concordo/concordo totalmente) é valorizada pela população com quem intervém.

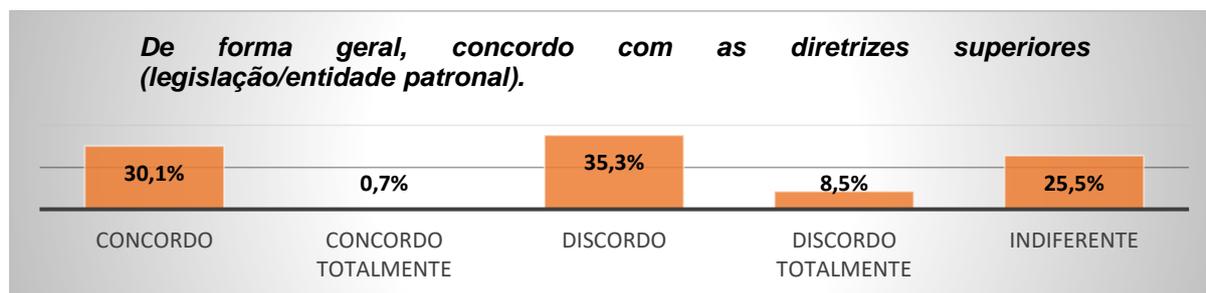


Relativamente à valorização pelo poder político quanto á intervenção do assistente social, 77,8% discorda que isso aconteça e existe uma ligeira aproximação entre os participantes que concordam (11,8%) e os que referem que é “Indiferente” (10,5%).

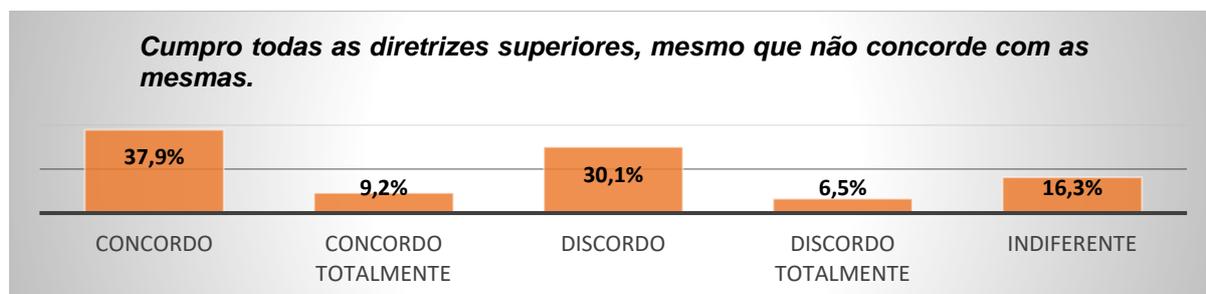


Quanto às entidades empregadoras dos participantes, 52,3% discorda que a sua intervenção

seja valorizada, 29,4% considera que essa valorização existe e cerca de 18,3% refere que é “Indiferente”.



Os assistentes sociais, de forma geral (num total de 43,8% - discordo/discordo totalmente), discordam, com as diretrizes superiores (legislação/entidade patronal). Das respostas obtidas, relevam também percentagens próximas de concordância (30,8%) e 25,5% refere que é “Indiferente”, esta proximidade de percentagens poderá levar-nos ao questionamento da proatividade e também do espírito crítico dos profissionais.



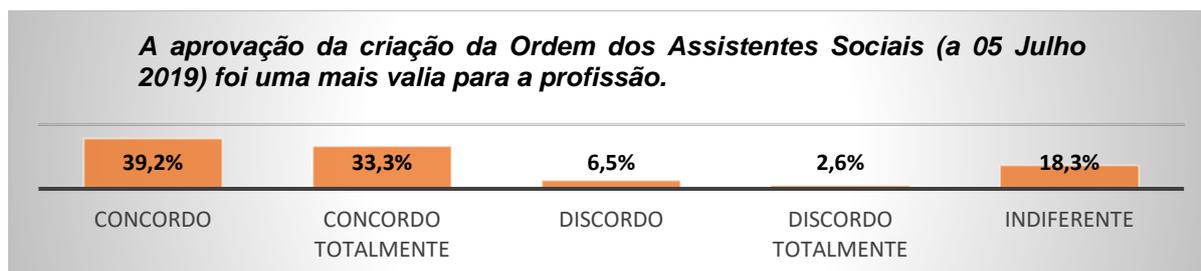
Contudo, 47,1% cumpre todas as diretrizes superiores, mesmo que não concorde com estas, 36,6% discorda e 16,3% refere que é “Indiferente”. Apesar de tudo, e segundo a narrativa abaixo transcrita, nem sempre é fácil para o assistente social fazer cumprir essas mesmas orientações

“...muitas vezes torna-se difícil, uma vez que somos meros executores, dependentes de Organismos e de uma estrutura organizacional (...) só quando colocadas em prática é que vemos as dificuldades...” (E.1)

“...muito trabalho por objetivos estatísticos, que dão a “visibilidade” ao trabalho que não é real!...” (E.1)

“... os assistentes sociais deveriam ter mais momentos de reflexão, de partilha de intervenção e de encontrar soluções em conjunto..., mas não acontece... porque a visão superior prevalece. (E.1)

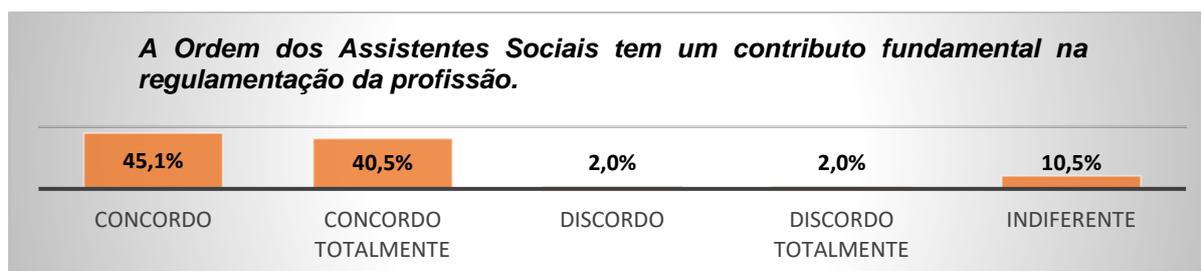
4.3.5 Associativismo e representação coletiva



A aprovação da Ordem dos Assistentes Sociais (a 05 julho 2019), é considerada uma mais valia na opinião dos profissionais, sendo verificada na maioria das respostas dos inquiridos pelos 72,5% que concorda/concorda totalmente com a criação da Ordem, enquanto 9,1% discorda/discorda totalmente e uma percentagem considerável de 18,3% entende que é “Indiferente”.



Os inquiridos, na sua maioria (85,6%) considera que a Ordem dos Assistentes Sociais vai ser uma mais valia para a profissão, sendo que apenas 5,9% discorda/discorda totalmente. Destaca-se, ainda, que 8,5% percebe a criação da Ordem dos Assistentes Sociais como “indiferente” para a profissão.



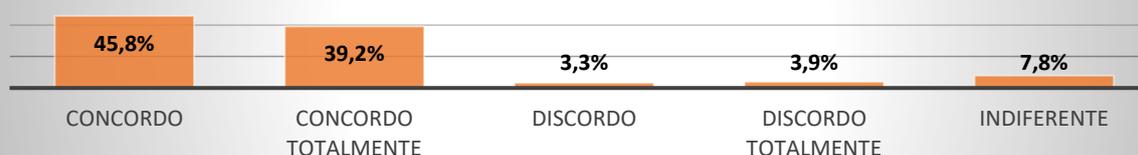
A maior percentagem (85,6%) dos assistentes sociais considera que a Ordem dos Assistentes Sociais terá um contributo fundamental na regulamentação da profissão. Apenas 4% discorda/discorda totalmente e 10,5% responde que é “indiferente” o contributo da Ordem dos Assistentes Sociais na regulação profissional.

A Ordem dos Assistentes Sociais tem um contributo fundamental na matriz ético/política.



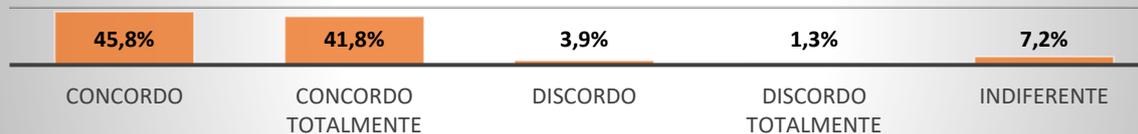
O contributo na matriz ético-política da Ordem dos Assistentes Sociais, é espelhado igualmente num elevado número de respostas (80,4%). Volta a verificar-se uma percentagem considerável de assistentes sociais que consideram “Indiferente” (13,7%).

A Ordem dos Assistentes Sociais legitima a profissão.



Também, os inquiridos consideram que a Ordem dos Assistentes Sociais, num total de 85% - concordo/concordo totalmente, legitima a profissão, 7,2% discorda/discorda totalmente e 7,8% refere que é “Indiferente”.

A Ordem dos Assistentes Sociais regulamenta os princípios éticos da profissão.

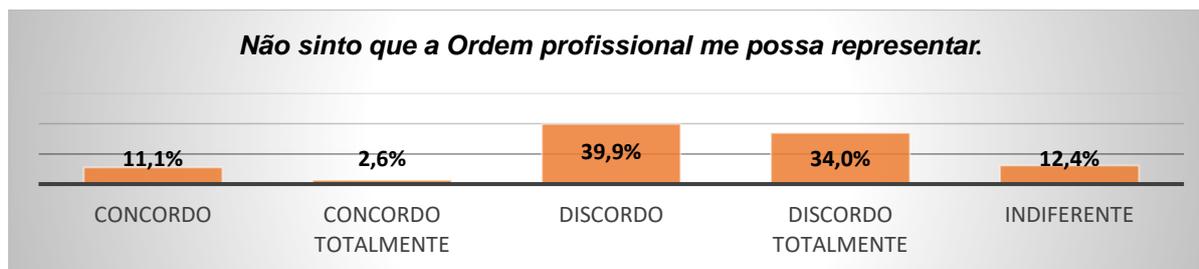


Um total de 87,6% dos inquiridos, concorda/concorda totalmente que a Ordem dos Assistentes Sociais regulamentará os princípios éticos da profissão. Apenas 5,2% discorda/discorda totalmente e 7,2% refere que é “Indiferente”.

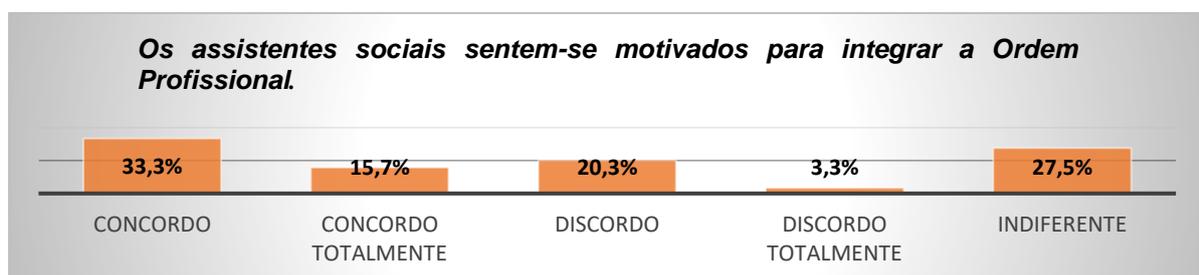
A Ordem dos Assistentes Sociais não vai contribuir para a regulamentação e legitimidade da profissão.



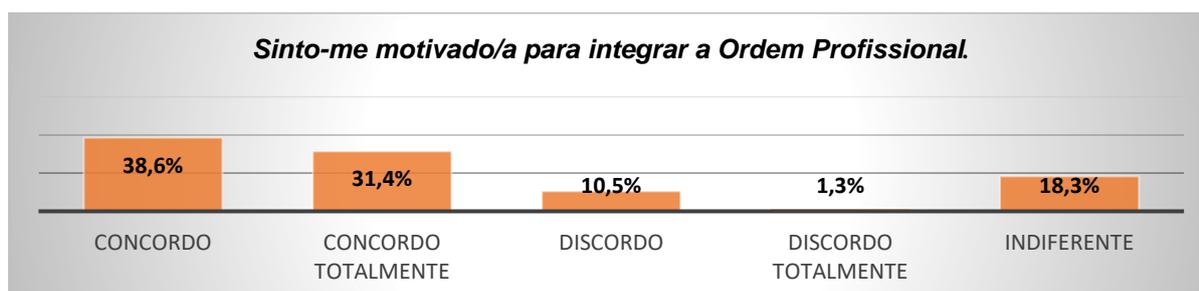
Sobre a afirmação de que a Ordem dos Assistentes Sociais não vai contribuir para a regulamentação e legitimidade da profissão, as respostas sugerem elevada discordância, num total de 72,5% de discordo/discordo totalmente.



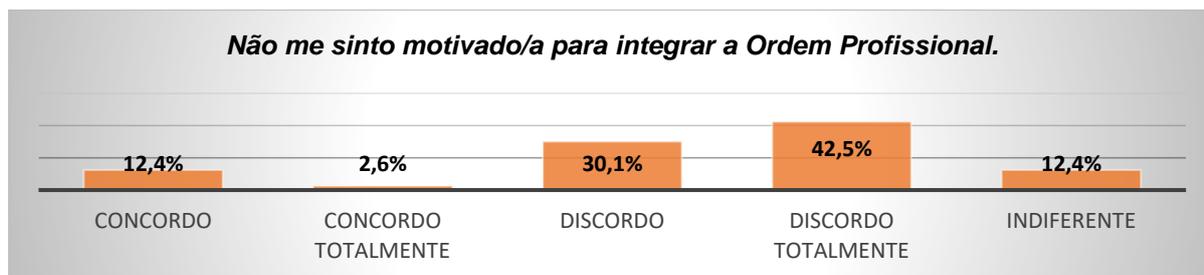
Na questão da representação da Ordem profissional, 73,9% discorda/discorda totalmente, 13,7% concorda/concorda totalmente com a afirmação e 12,4% refere que é “Indiferente”. Os assistentes sociais acreditam que a Ordem dos Assistentes Sociais será um mecanismo de representação da classe profissional.



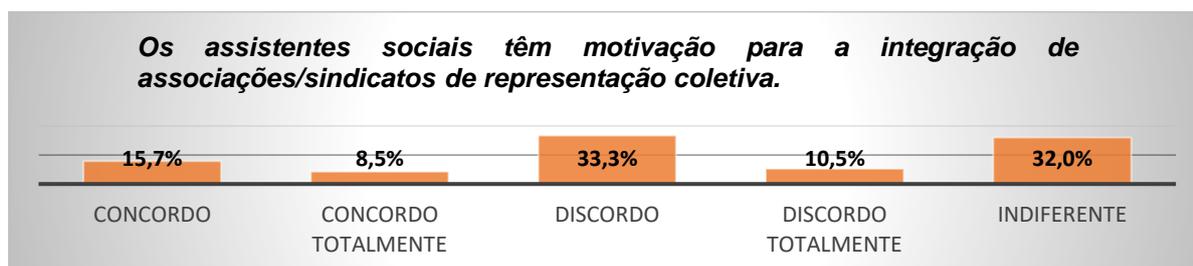
Apesar de na questão anterior, manifestarem que a Ordem profissional os poderá representar, quando chamados a integrar a Ordem, apenas 49% concorda/concorda totalmente que os assistentes sociais se sentem motivados para integrar a Ordem Profissional. Verificam-se, no entanto, percentagens próximas entre os que discordam/discordam totalmente (23,6%) e os que respondem “Indiferente” (27,5%). Poderão estes números sugerir o descrédito dos profissionais quanto a uma representação de classe?



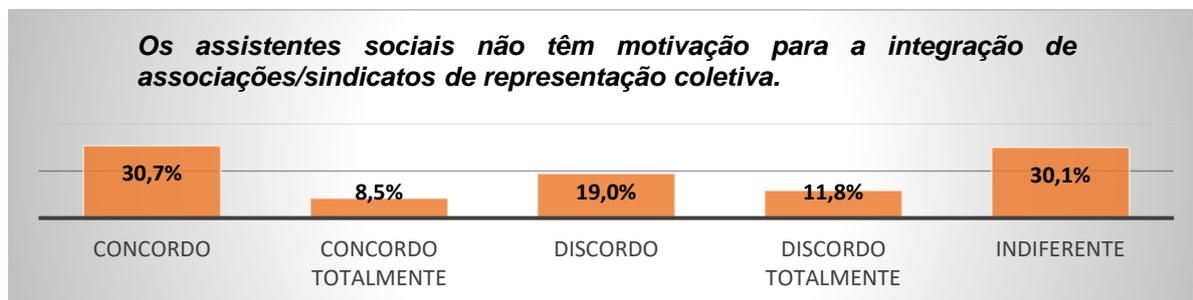
Os dados revelam que grande parte dos participantes do inquérito (num total de 70% - concordo/concordo totalmente) demonstram a motivação para integrar a Ordem Profissional, 11,8% discorda/discorda totalmente e 18,3% refere que é “Indiferente”.



Esta questão vem confirmar a motivação refletida na questão anterior, porém devemos estar atentos às percentagens respeitantes à desmotivação dos assistentes sociais para integrar a Ordem: 15% concorda/concorda totalmente e 12,4% refere que é “Indiferente”.



Por outro lado, verifica-se uma elevada desmotivação dos assistentes sociais na integração de associações/sindicatos de representação coletiva, (num total de 43,8% - discordo/discordo totalmente), seguida de uma elevada percentagem de “indiferente” (32%), em contraponto com 24,2% concorda que consideram que existe motivação dos profissionais.



Através desta questão do inquérito, confirma-se que os assistentes sociais não têm motivação para a integração de associações/sindicatos de representação coletiva (num total de 39,2% - concordo/concordo totalmente), seguida de percentagem significativa de “indiferente” (30,1%).

4.4. Discussão dos resultados

Os dados resultantes das respostas do inquérito aplicado aos Assistentes Sociais permitiram perceber que os profissionais consideram que as políticas sociais e medidas não se encontram atualizadas e que se têm até afastado das necessidades da sociedade, embora houvesse alguma incongruência nas respostas, nomeadamente ao considerar que houve evolução das políticas, mas distanciadas da realidade e posteriormente fazem avaliação

positiva das mesmas. No seu recente estudo, Cardoso, Vilar e Casquilho Martins (2020), referem que é necessário identificar e implementar novas e adequadas políticas de resposta às necessidades sociais emergentes.

Por conseguinte, os assistentes sociais consideram que conseguem criar estratégias operativas para dar resposta às necessidades da população com quem intervém. Outro aspeto relevante é que independentemente da maioria dos profissionais não concordar com diretrizes superiores (legislação/entidade patronal), cumprem com as diretivas emanadas. No entanto, por questões de dependência hierárquica direta de organismos e das estruturas organizacionais, revelam dificuldades na prática e operacionalização das políticas vigentes.

Esta situação já se verificou grave no período de crise e pode ter mais consequências no momento atual por via da situação pandémica.

A intervenção social em período de austeridade no contexto da crise de 2008 apresenta-se como uma rede complexa de relações. Estas surgem marcadas por características da atuação dos assistentes sociais, das quais se identificaram dificuldades e limitações transversais a vários profissionais em distintas áreas, mas também oportunidades e potencialidades nas formas tradicionais de atuação. Outra dimensão que surgiu em análise de acordo com o discurso dos entrevistados é referente à relação do Serviço Social com a opinião pública e o seu envolvimento junto dos decisores políticos (Casquilho Martins, 2018:223).

No seu estudo Casquilho Martins, (2018) refere que os profissionais reconhecem que seguiram políticas que tendencialmente não promoviam a autonomia, nem os direitos sociais dos cidadãos e que contribuía para uma maior dependência dos serviços. Os resultados obtidos apontam também neste sentido, reforçando a necessidade de um maior reforço na dimensão ético-política da profissão.

Os dados revelam que existe também uma necessidade de maior investimento no levantamento das necessidades da população, bem como a devida monitorização regular das políticas sociais implementadas e consideram que uma maior facilidade e flexibilidade de implementação das políticas sociais seria uma mais valia para os beneficiários. É assim reforçada a importância de os assistentes sociais intervirem articuladamente nos diferentes níveis de intervenção, não se restringido a uma prática apenas centrada na ação direta.

Verificou-se, porém, que o posicionamento face à adesão a mecanismos de associativismo e representação coletiva (associação profissional e/ou sindicatos) por parte dos assistentes sociais é fraca. Apesar de acreditarem que a aprovação da Ordem Profissional ter sido uma mais-valia para a profissão e que esta terá um contributo fundamental na regulamentação da profissão, este sentimento de representação coletiva e efetiva através da Ordem dos Assistentes, não é convergente ao envolvimento associado em movimentos coletivos.

Ainda que sem motivação para integração de associações/sindicatos de representação coletiva, os assistentes sociais sentem motivação para a integrar a Ordem Profissional. Esta motivação prende-se com a importância que consideram que esta terá na legitimação da profissão, no contributo na matriz ético/política da profissão e nos seus princípios éticos, conforme referido por vários autores como Netto (2009) e Iamamoto (2000).

Os assistentes sociais esperam do mesmo modo que se persista na evolução das políticas sociais que consigam dar resposta às necessidades da sociedade e que acompanhem as transformações dos problemas sociais, bem como aos beneficiários destas. Estas devem promover a capacitação/empowerment dos sujeitos, em que reconheçam a sua problemática e que façam também parte das tomadas de decisão e co-construção do seu projeto de vida, bem como a equidade na sociedade, abrindo caminho para a mudança social. Nesta mesma linha, os profissionais acreditam na igualdade de oportunidades e justiça social, independentemente da sua condição económica, retirando o fator de exclusão nesse mesmo acesso às políticas sociais. Desta forma, percebe-se que as aspirações dos profissionais estão em consonância com os valores e princípios do Serviço Social (APSS; 2018).

Não obstante os profissionais considerarem que a sua intervenção quotidiana não é valorizada pelo Estado, entidades empregadoras e sociedade, entendem que a sua proximidade com a realidade leva a que sejam reconhecidos pela população com a qual intervêm diretamente. Neste sentido, observa-se que a proximidade direta com os cidadãos, com a realidade social e com os impactos da implementação e operacionalização das medidas, tornaria os contributos dos profissionais benéficos no processo de conceção e avaliação de políticas sociais.

Conclusão

A investigação em curso permitiu perceber que este tema não se esgota no tempo e no espaço, tendo em conta as mutações constantes da sociedade contemporânea e as transformações dos diversos quadros políticos (complexidade dos sistemas de proteção social e dos seus modelos políticos), a produção de conhecimento teórico quanto à prática profissional, no caso do Serviço Social é inesgotável, dado que é a prática que nos encaminha para a teoria, importância de produção de conhecimento científico e aprofundamento dos dados reais da intervenção, como contributo para a mudança, transformação e desenvolvimento das relações sociais e políticas.

Retomando a pergunta de partido “De que forma é que os Assistentes Sociais intervêm e são influenciados através das políticas sociais?” percebemos que há, sempre houve e haverá influência das políticas sociais na intervenção do assistente social, sendo por isso imperativo o envolvimento do Serviço Social na sua conceção, em colaboração com outras áreas disciplinares. Correndo o risco de parecer redundante, face à inúmera produção científica, mencionada neste trabalho (e não só), que alerta para esta situação, persistimos na convicção de cabe ao assistente social através do exercício profissional o desenvolvimento de estratégias que garantam a sua participação, para que a dimensão política da profissão não se cinja ao mero discurso.

A perceção do assistente social sobre aplicação das medidas de política social no processo de intervenção varia, mas maioritariamente entendem a sua influência e tem consciente do peso que representa, embora nos fique a perceção que se submetam ao modelo vigente adaptando-se às condições impostas. Ainda que se perceba que os assistentes sociais façam, também, parte da classe trabalhadora assalariada e por isso expostos muitas vezes a situações de precaridade é precisamente nas atividades diárias dos espaços ocupacionais e no seu exercício quotidiano que podem atuar e efetivar o projeto ético político do Serviço Social, tendo presente em todas as circunstâncias os princípios e valores da profissão.

Não foi possível identificar processos de avaliação na implementação das políticas sociais e no que se refere aos assistentes sociais, enquanto profissionais que apenas promovem as medidas e políticas sociais, corremos o risco de despersonalizar os indivíduos quando os consideramos apenas como números para os devidos efeitos de concretização de um trabalho por objetivos e quantificável. Políticas sociais que não são devidamente pensadas, concebidas e avaliadas, tendencialmente levam a que sejam aplicadas a apenas um certo grupo de indivíduos e, estes rótulos que são colocados às pessoas, aos grupos e classes sociais fragilizam a humanidade e dignidade humana dos indivíduos.

Os mecanismos de participação, associativismo e representação coletiva do assistente social identificados são fracos, um dos resultados que sobressaiu, foi a resposta “indiferente” a várias questões, o que numa profissão como esta se torna preocupante, mas que seria importante explorar em futuro estudos. Contudo, de assinalar que começam a ser dados alguns passos importantes na “chamada” dos assistentes sociais para diversos encontros, comissões e reuniões de trabalho: como exemplo recente, no dia de aniversário dos 42 anos da formação do Serviço Nacional de Saúde, a presença na Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Saúde 2021-2030 de membros da Comissão Instaladora da Ordem dos Assistentes Sociais, com contributos e propostas para definição de prioridades tendo em vista as necessidades das áreas na saúde. Numa perspetiva de dinamismo e de proatividade, é também o exemplo da apresentação de contributos para o Plano de Recuperação e Resiliência por parte da Comissão Instaladora da Ordem dos Assistentes Sociais aquando da consulta pública do plano, enfatizando-se a importância da área social na proximidade, bem como a necessidade premente da integração e reforço de assistentes sociais nas equipas multidisciplinares.

Estas oportunidades de participação e legitimação da classe profissional, de influência e de contributos, serão fatores importantes de afirmação dos profissionais, que, deste modo, podem influenciar como elementos ativos na conceção, melhoria, implementação, avaliação, monitorização e acompanhamento das políticas públicas e sociais.

Quanto aos desafios à participação do assistente social no processo de conceção das políticas sociais, confrontamo-nos com um cenário de constantes imprevisibilidades, a uma velocidade que não permite absorver e refletir sobre os prejuízos causados pelas sucessivas crises que se enfrentam e o Serviço Social, não pode remeter-se à resignação, do que lamamoto (2004:213) refere como “duplo dilema até hoje presente na prática profissional: o fatalismo e o messianismo”. Esta reflexão deve-se ao fato de que um dos resultados que surge sistematicamente nas repostas que se obteve é a percentagem de “indiferentes”, consideramos que teria sido importante compreender quais os fatores que levaram a este resultado.

Entendemos que se a nossa atuação não estiver de acordo com os nossos princípios e valores, com o nosso projeto-ético político, continuaremos cristalizados e remetidos ao tecnicismo, que nos tem acompanhado ao longo do tempo, e a mudança só ocorrerá quando entendermos que parte de nós essa atitude e cabe-nos a responsabilidade de criar alternativas que visem essa transformação.

Fontes

- APSS. Associação Profissionais de Serviço Social. *Código Deontológico dos Assistentes Sociais (2018)*
- Constituição da República Portuguesa (VII Revisão Constitucional) – 2005 Diário da República, n.º 155 – I Série - A, de 12 de agosto de 2005
- Decreto n.º 5640 - Diário do Governo n.º 98/1919, 8º Suplemento, Série I de 1919-05-10 <https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/CRPVIIrevisao.pdf>
- Lei da Previdência Social – Lei n.º 1884, de 16 de Março de 1935
- Lei n.º 2115 de 18 de Junho - Diário do Governo n.º 138/1962, Série I de 1962-06-18
- Lei n.º 28/84 de 24 de Agosto - *Diário da República n.º 188/84 – I Série*

Referências bibliográficas

- Almeida, J. F. de, Pinto, J.M, (1982) *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.
- Amoroso, R. (2002). Lidando com o pensamento estratégico. In: Costa, B. K.; Almeida, M. I. R. (Coord). *Estratégia: perspectivas e aplicações*. São Paulo: Atlas, p. 31-52.
- Banks, G. (2009). *Evidence-based policy making: What is it? How do we get it?* (ANU Public Lecture Series, presented by ANZSOG, 4 February), Productivity Commission, Canberra.
- Bento, M., (2012). Serviço social e políticas de provisão social: cumplicidades e desafios em Portugal, Universidade Lusíada de Lisboa, *Revista Intervenção Social*, nº 39 pp.11-28 <https://doi.org/10.34628/j285-nm44>
- Branco, F. e Amaro, I. (2011). *As práticas do “Serviço Social activo” no âmbito das novas tendências da política social: uma perspectiva portuguesa*. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.º 108, p. 656-679, out./dez. 2011.
- Brymanb, A. (2012). *Social Research Methods* (4th ed.). Oxford University Press.
- Canotilho, J. J. G. & Moreira, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa Anotada*.
- Cardoso, J. Vilar, D. Casquilho-Martins, I. (2020). *Relatório do estudo - Desafios ao Serviço Social no contexto da COVID-19*. Edição: Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social – CLISSIS – versão online - <https://www.afid.pt/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-do-estudo-Desafios-ao-Servi%C3%A7o-Social-no-contexto-da-COVID-19.pdf>
- Carvalho, M. I. (2016). *Ser Assistente Social – Retrato(s) da profissão*. Pactor. Lisboa.
- Carvalho, M.I. (2010). *Serviço Social em Portugal: Percorso cruzado entre a assistência e direitos*. *Revista Serviço Social & Saúde*. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 10, Dez. 2010, pp. 147 a 164.
- Carvalho, M.I. (2020). *Ética Aplicada ao Serviço Social – Dilemas e práticas profissionais*. Pactor. Lisboa. DOI: 10.5433/2176-6665.2013v18n1p55
- Casquilho-Martins, I. (2018), *Modelos de proteção social em sociedades com programas de austeridade* (Tese Doutoramento, ISCTE, Lisboa, Portugal).
- Chaves, H.L.A. (2017). *Planeamento estratégico na intervenção social: tendências e potencialidades in Cristina Albuquerque e Ana Arcoverde (Coord.), Serviço Social Contemporâneo- Reflexividade e estratégia*, Lisboa, Pactor.
- Creswell, J. W. (2007). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (2nd ed.). Sage Publications, Inc.
- Creswell, J. W. (2014). *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Porto Alegre: Penso.
- Costa, A, F. da (2012). *Desigualdades Globais*. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 68, 2012, pp. 9-32, DOI: 10.7458/SPP201268691
- Denzin, N. K., Lincoln, Y. S. (2006). *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.
- Ferreira, J. (2014). *El trabajo social en Portugal: situación actual y desafíos, in Trabajo social en el siglo XXI: una perspectiva internacional comparada*, coord. por Enrique Pastor

- Seller, María Asunción Martínez Román, Sevilha, Dialnet, ISBN 978-84-942579-0-2, pp. 177-189
- Field, A. (2009). *Descobrimo a estatística usando o SPSS*. tradução Lorí Viali. – 2. ed. – Porto Alegre: Artmed.
- Flick, U. (2009). *Desenho da Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Freitas, M.C.V. (2013). *Investigação Qualitativa: contributos para a sua melhor compreensão e condução*. Indagatio Didactica, Aveiro, v.5, n. 2, p. 1080-1101.
- Garcia, M.G. (2016). *Como defender hoje a Dignidade Humana*. Universidade Católica Editora Gil, A. C. (2010) *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Gray, M., Plath D., Webb, S. (2009). *Evidence-based social work: a critical stance*. Routledge
- Guerra, I. (2019) *O que é o caso social? Estudo sobre a construção do caso social em contexto hospitalar*. Universidade Católica Editora
<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/2187>
- Iamamoto, M.V. (2000), *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo, Cortez.
- Iamamoto, M.V. (2004), *O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 7. ed. São Paulo:Cortez.
- Marvasti, A.B. (2004) *Qualitative Research in Sociology: An Introduction*. Sage Publications Inc., Thousand Oaks.
- Mioto, R. e Nogueira, V. (2013), *Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional*. Revista Katálysis, vol. 16, 2013, pp. 61-71. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
- Montano, C. (2006). *Um projeto para o Serviço Social crítico*. Rev. katálysis [online]. vol.9, n.2, pp.141-157. ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802006000200002>
- Montez, J. (2018). *O Pensamento Estratégico: Que Utilidade?* Proelium VIII (1) pp. 79- 90.
- Mozzicafreddo, J.P. (1994) *O Estado-Providência em transição*. Sociologia Problemas e práticas n. 16, pp.11- 40.
- Netto, J. P. (2009) *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo, 7ª edição, Cortez
- Neves, M.C.P. & Félix, A.B. (2017) *Ética Aplicada: Protecção Social*. Vol. V. Edições 70
- Passarinho, I. (2008). *Assistente Social: percursos e construção*. Sísifo: Revista de Ciências da Educação, ISSN 1649-4990, Nº. 6, pp. 21-34
- Pessanha, A.L e Pedro, P. (2020) *O que é a política pública baseada em evidência*. – Disponível em <https://riomais.org/o-que-e-politica-publica-baseada-em-evidencia/>
- Quivy, R. e Campenhoudt, L.V. (2018) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva
- Ragin, C. *Constructing Social Research: The Unity and Diversity of Method*
- Raichellis, R. (2009). *O Trabalho do Assistente Social na esfera estatal*. In: CFESS/ABEPSS. Direitos sociais e competências profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS
- Ramos, M. (2013). *Métodos quantitativos e pesquisa em ciências sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenómenos sociais*. Mediações, Londrina, v. 18, n. 1, p. 55-65.
- Rocha, H. (2009), *A Ética na Prática e a prática da Ética*, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Lisboa, ISSSL/ULL, policopiado
- Rocha, H. (2015), *Serviço Social e Ambiente – Sustentabilidade Ecológica das Comunidades Socialmente Vulneráveis*, (Tese Doutoramento, ISCTE, Lisboa, Portugal)
- Rodrigues, E.V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M.M. & Januário, S. (1999). *Políticas sociais e exclusão em Portugal*. Sociologia - problemas e práticas, n. 31, pp.39-67
- Santos, C.M. & Martins, A.M.C. (2016) *A formação do assistente social em Portugal: tendências críticas em questão*. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 19, n. 3, pp. 324-332, out./dez.
- Scherer, A. G. (2005) *Modes of explanation in organization theory*. In: Tsoukas, H; Knudsen, C. (Eds). *The Oxford Handbook of Organization Theory*. England: Oxford University Press, pp. 310 - 344.
- Sousa, C. (2008). *A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional*. v.8, n. 01, pp. 119-132

- Sousa, I. de. (2015). *Serviço Social em debate: que referenciais genéricos?* Revista Intervenção Social, (42/45), pp. 11–23.
- Suguihiro, V.L.T. *A acção investigativa na prática cotidiana do assistente social*. Disponível em http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_invest.htm (04 Novembro 2020)
- Thyer, B.A. (2002). *Evidence-based practice and clinical social work*. - Volume 5 February
- Vergara, S. C. (1997) *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo, Atlas Volume I, 4.a Edição Revista, Coimbra, Coimbra Editora
- Vergara, S. C. Caldas, M. P. (2005). *Paradigma Interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990*. RAE. Vol 45, n. 4, out/dez pp. 66 – 72
- Vieira, C. M. (1999). A credibilidade da investigação científica de natureza qualitativa: questões relativas á sua fidelidade e credibilidade, Revista Portuguesa de Pedagogia, Ano XXXIII, 2, pp. 89-11
- Yazbek, M. C. (2014). *A dimensão política do trabalho do assistente social*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez.

ANEXOS

Anexos A

Grelha de Entrevista Exploratória

Área de intervenção	<ol style="list-style-type: none">1. Considera que as políticas sociais se encontram atualizadas de acordo com as necessidades da população com quem trabalha?2. Como as coloca em prática?
Evolução das políticas sociais	<ol style="list-style-type: none">3. Desde que iniciou a sua prática profissional, considera que problemas sociais em Portugal mudaram?4. E os beneficiários das políticas sociais?5. Ao longo dos anos no seu exercício profissional, quais considera terem sido as diferenças na evolução das políticas sociais?6. Quais considera serem os motivos dessas diferenças?
Intervenção e políticas sociais	<ol style="list-style-type: none">7. Que participação deveriam ter os Assistentes Sociais na concepção de políticas sociais?8. Que recomendações daria aos intervenientes diretos do Estado Português quanto à concepção de políticas sociais?

Anexos B

Perfis dos Entrevistados (Entrevistas Exploratórias)

	E.1	E.2	E.3
Identificação	I. A.	A.S.B.	C.R.
Características Sociodemográficas			
Idade	54	44	46
Sexo	Feminino	Feminino	Feminino
Nacionalidade	Portuguesa	Portuguesa	Portuguesa
Naturalidade	Moçambique	Lisboa	Leiria
Residência	Seixal	Lisboa	Leiria
Habilitações Académicas	Licenciatura	Mestrado (e a frequentar Doutoramento)	Mestrado em Serviço Social
Profissão	Assistente Social	Assistente Social	Assistente Social
Características Pertinentes para a entrevista			
Área de intervenção	Crianças e Jovens em Perigo	Sem-Abrigo e processos migratórios (asilo)	Assistente Social em prática privada (trabalhadora independente)
Ano de conclusão licenciatura	1991	2001	1998
Anos de experiência profissional	30	19	22
Outras características	Presidente CPCJ ³ de um Município do Distrito de Setúbal	Membro da Comissão Instaladora da Ordem dos Assistentes Sociais	Mediadora Familiar

³ Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

Anexos C

Documento de apoio ao inquérito on-line (Assistentes Sociais e Políticas Sociais)

O meu nome é Neuza Boieiro e encontro-me neste momento a realizar o Mestrado em Serviço Social no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, com o tema Assistentes Sociais e Políticas Sociais e o objetivo geral desta dissertação é perceber a influência das políticas sociais na intervenção do Assistente Social.

Os requisitos para resposta a este inquérito são:

1. Ser Assistente Social;
2. Com intervenção no território português;
3. Com experiência profissional na dimensão prática.

-- Consentimento Informado --

Aceito participar de livre vontade no estudo da autoria de Neuza Boieiro (aluna de Mestrado do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa - email: nczbo@iscte-iul.pt), orientado pela Professora Doutora Helena Belchior Rocha (Professora do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa - email: helena_rocha@iscte-iul.pt), no âmbito da Dissertação de Mestrado em Serviço Social.

Foram-me explicados e compreendo os objetivos principais deste estudo, entendi e aceito responder às questões colocadas.

Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim.

Ao participar neste trabalho, estou a colaborar para o desenvolvimento da investigação na área do Serviço Social, não sendo, contudo, acordado qualquer benefício direto ou indireto pela minha colaboração.

Entendo, ainda, que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada em qualquer relatório ou publicação.

Agradecemos desde já a sua participação!

Aceito participar no estudo

- **Sim**
- **Não**

Caracterização

Sexo

- Feminino
- Masculino

Idade (em numeração)

- desde 18 anos até 65 ou mais

Anos Experiência (em escala)

- 1 a 5
- 5 a 10
- 11 a 20
- 21 a 30
- 31 ou mais

Distrito de intervenção profissional	
Aveiro	Lisboa
Beja	Portalegre
Braga	Porto
Bragança	R.A. Açores
Castelo Branco	R.A. Madeira
Coimbra	Santarém
Évora	Setúbal
Faro	Viana do Castelo
Guarda	Vila Real
Leiria	Viseu

Habilitações Académicas

- Ensino Superior (Bacharelato)
- Ensino Superior (Licenciatura)
- Ensino Superior (Mestrado)
- Ensino Superior (Doutoramento)
- Outro? ____ Qual? _____

Área de actuação

Segurança Social

Saúde Hospitalar

Saúde (Outra)
Educação
Habitação
Autarquias
Justiça
Ação Social
IPSS
Estabelecimentos Prisionais
CPCJ
Outra: _____ Qual? _____

Tipologia de população com quem intervém

Adultos
Idosos
Crianças
Jovens

Associativismo e representação coletiva

Sou associado(a) da Associação de Profissionais de Serviço Social (Sim/Não)
Sou associado do SNAS (Sim/Não)
Sou associado a algum sindicato (Sim/Não)
Qual? _____

Escala de Likert

Nas dimensões abaixo, foi utilizada uma escala de Likert em que 1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) indiferente (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente, por favor assinale a sua posição relativamente às seguintes afirmações:

Dimensões	
Área de intervenção	<ol style="list-style-type: none">1. De acordo com a minha experiência profissional, considero que as políticas sociais se encontram atualizadas de acordo com as necessidades da sociedade.2. De acordo com a minha experiência profissional, considero que as políticas sociais se têm afastado das necessidades da sociedade.

	<p>3. Na minha área de intervenção considero que as políticas sociais se encontram atualizadas de acordo com as necessidades da área.</p> <p>4. Na minha área de intervenção considero que as políticas sociais não respondem às necessidades da área.</p> <p>5. De acordo com a minha experiência profissional, consigo criar estratégias com as políticas sociais vigentes para dar respostas às necessidades da área onde atuo.</p>
<p>Evolução das políticas sociais</p>	<p>6. Desde que iniciei a minha prática profissional, considero que os problemas sociais em Portugal mudaram.</p> <p>7. Desde que iniciei a minha prática profissional, considero que os problemas sociais em Portugal se mantêm e aumentaram.</p> <p>8. Desde que iniciei a minha prática profissional, considero que os problemas sociais em Portugal melhoraram e atualmente pioraram.</p> <p>9. Desde que iniciei a minha prática profissional, considero que os beneficiários das políticas sociais mudaram.</p> <p>10. Desde que iniciei a minha prática profissional, considero que os beneficiários das políticas sociais se mantêm e surgiram novos.</p> <p>11. Desde que iniciei a minha prática profissional, considero que os beneficiários das políticas sociais mudaram e atualmente surgiram novos.</p> <p>12. Ao longo dos anos no meu exercício profissional, considero que têm existido diferenças na evolução das políticas sociais.</p> <p>13. Ao longo dos anos no meu exercício profissional, considero que as políticas sociais estagnaram.</p> <p>14. Ao longo dos anos no meu exercício profissional, considero que houve evolução das políticas sociais, mas não respondem às necessidades.</p> <p>15. Ao longo dos anos no meu exercício profissional, considero que têm existido diferenças na evolução das políticas sociais e a avaliação é positiva.</p>
<p>Avaliação das políticas sociais</p>	<p>16. Considero que são feitas as avaliações necessárias das políticas sociais implementadas.</p> <p>17. O levantamento e monitorização das necessidades da população portuguesa é feito com a devida regularidade.</p> <p>18. As políticas sociais existentes em Portugal são de fácil implementação.</p> <p>19. As políticas sociais existentes em Portugal promovem a capacitação/empowerment dos sujeitos.</p> <p>20. As políticas sociais promovem a equidade na sociedade.</p>

	<p>21. A concepção das políticas sociais traduz-se na sua implementação a longo prazo.</p> <p>22. Os sujeitos tomam consciência da sua problemática, participam na tomada de decisão e co-construção do seu projeto de vida</p> <p>23. As políticas sociais promovem a justiça social.</p> <p>24. O acesso às políticas sociais é igual para qualquer cidadão, independentemente da sua condição económica.</p> <p>25. O acesso às políticas sociais é um fator de exclusão.</p>
<p>Intervenção e políticas sociais</p>	<p>26. Os Assistentes Sociais devem participar na concepção de políticas sociais.</p> <p>27. A intervenção quotidiana do Assistente Social é valorizada pela sociedade.</p> <p>28. A intervenção quotidiana do Assistente Social é valorizada pela população com quem intervenho.</p> <p>29. A intervenção quotidiana do Assistente Social é valorizada pelo poder político.</p> <p>30. A intervenção quotidiana do Assistente Social é valorizada pelas entidades empregadoras.</p> <p>31. De forma geral, concordo com as diretrizes superiores (legislação/entidade patronal)</p> <p>32. Cumpro todas as diretrizes superiores, mesmo que não concorde com as mesmas.</p>
<p>Associativismo e representação coletiva</p>	<p>33. A aprovação da criação da Ordem dos Assistentes Sociais (a 05 julho 2019) foi uma mais valia para a profissão.</p> <p>34. A Ordem dos Assistentes Sociais vai ser uma mais valia para a profissão.</p> <p>35. A Ordem dos Assistentes Sociais tem um contributo fundamental na regulamentação da profissão.</p> <p>36. A Ordem dos Assistentes Sociais tem um contributo fundamental na matriz ético/política.</p> <p>37. A Ordem dos Assistentes Sociais legitima a profissão.</p> <p>38. A Ordem dos Assistentes Sociais regulamenta os princípios éticos da profissão.</p> <p>39. A Ordem dos Assistentes Sociais não vai contribuir para a regulamentação e legitimidade da profissão.</p> <p>40. Não sinto que a Ordem profissional me possa representar.</p> <p>41. Os assistentes sociais sentem-se motivados para integrar a Ordem Profissional</p> <p>42. Sinto-me motivada/o para integrar a Ordem Profissional.</p> <p>43. Não me sinto motivada/o para integrar a Ordem Profissional.</p>

	<p>44. Os assistentes sociais têm motivação para a integração de associações/sindicatos de representação coletiva.</p> <p>45. Os assistentes sociais não têm motivação para a integração de associações/sindicatos de representação coletiva.</p>
--	---

Anexos D
Resultados das Dimensões

Área de intervenção

1. De acordo com a minha experiência profissional, considero que as políticas sociais se encontram atualizadas de acordo com as necessidades da sociedade.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	36	23,5
	Concordo totalmente	1	,7
	Discordo	94	61,4
	Discordo totalmente	17	11,1
	Indiferente	5	3,3
	Total	153	100,0

2. De acordo com a minha experiência profissional, considero que as políticas sociais se têm afastado das necessidades da sociedade.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	81	52,9
	Concordo totalmente	13	8,5
	Discordo	33	21,6
	Discordo totalmente	8	5,2
	Indiferente	18	11,8
	Total	153	100,0

3. Na minha área de intervenção considero que as políticas sociais se encontram atualizadas de acordo com as necessidades da área.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	37	24,2
	Concordo totalmente	3	2,0
	Discordo	83	54,2
	Discordo totalmente	15	9,8
	Indiferente	15	9,8
	Total	153	100,0

4. Na minha área de intervenção considero que as políticas sociais não respondem às necessidades da área.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	78	51,0
	Concordo totalmente	18	11,8

Discordo	33	21,6
Discordo totalmente	6	3,9
Indiferente	18	11,8
Total	153	100,0

5. De acordo com a minha experiência profissional, consigo criar estratégias com as políticas sociais vigentes para dar respostas às necessidades da área onde atuo.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	82	53,6
	Concordo totalmente	9	5,9
	Discordo	33	21,6
	Discordo totalmente	6	3,9
	Indiferente	23	15,0
	Total	153	100,0

Evolução das políticas sociais

6. Desde que iniciei a minha prática profissional, considero que os problemas sociais em Portugal mudaram.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	88	57,5
	Concordo totalmente	25	16,3
	Discordo	30	19,6
	Discordo totalmente	4	2,6
	Indiferente	6	3,9
	Total	153	100,0

7. Desde que iniciei a minha prática profissional, considero que os problemas sociais em Portugal se mantêm e aumentaram.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	85	55,6
	Concordo totalmente	34	22,2
	Discordo	19	12,4
	Discordo totalmente	5	3,3
	Indiferente	10	6,5
	Total	153	100,0

8. Desde que iniciei a minha prática profissional, considero que os problemas sociais em Portugal melhoraram e atualmente pioraram.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	63	41,2
	Concordo totalmente	14	9,2
	Discordo	39	25,5

Discordo totalmente	9	5,9
Indiferente	28	18,3
Total	153	100,0

9. Desde que iniciei a minha prática profissional, considero que os beneficiários das políticas sociais mudaram.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	81	52,9
	Concordo totalmente	17	11,1
	Discordo	29	19,0
	Discordo totalmente	8	5,2
	Indiferente	18	11,8
	Total	153	100,0

10. Desde que iniciei a minha prática profissional, considero que os beneficiários das políticas sociais se mantêm e surgiram novos.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	106	69,3
	Concordo totalmente	19	12,4
	Discordo	12	7,8
	Discordo totalmente	4	2,6
	Indiferente	12	7,8
	Total	153	100,0

11. Desde que iniciei a minha prática profissional, considero que os beneficiários das políticas sociais mudaram e atualmente surgiram novos.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	87	56,9
	Concordo totalmente	19	12,4
	Discordo	28	18,3
	Discordo totalmente	3	2,0
	Indiferente	16	10,5
	Total	153	100,0

12. Ao longo dos anos no meu exercício profissional, considero que têm existido diferenças na evolução das políticas sociais.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	72	47,1
	Concordo totalmente	17	11,1
	Discordo	27	17,6
	Discordo totalmente	7	4,6

Indiferente	30	19,6
Total	153	100,0

13. Ao longo dos anos no meu exercício profissional, considero que as políticas sociais estagnaram.

		Frequência	Porcentagem
Válido	Concordo	54	35,3
	Concordo totalmente	11	7,2
	Discordo	48	31,4
	Discordo totalmente	10	6,5
	Indiferente	30	19,6
	Total	153	100,0

14. Ao longo dos anos no meu exercício profissional, considero que houve evolução das políticas sociais, mas não respondem às necessidades.

		Frequência	Porcentagem
Válido	Concordo	83	54,2
	Concordo totalmente	16	10,5
	Discordo	27	17,6
	Discordo totalmente	5	3,3
	Indiferente	22	14,4
	Total	153	100,0

15. Ao longo dos anos no meu exercício profissional, considero que têm existido diferenças na evolução das políticas sociais e a avaliação é positiva.

		Frequência	Porcentagem
Válido	Concordo	44	28,8
	Concordo totalmente	1	,7
	Discordo	58	37,9
	Discordo totalmente	21	13,7
	Indiferente	29	19,0
	Total	153	100,0

Avaliação das políticas sociais

16. Considero que são feitas as avaliações necessárias das políticas sociais implementadas.

		Frequência	Porcentagem
Válido	Concordo	11	7,2
	Concordo totalmente	3	2,0
	Discordo	92	60,1
	Discordo totalmente	39	25,5
	Indiferente	8	5,2

Total	153	100,0
-------	-----	-------

17. O levantamento e monitorização das necessidades da população portuguesa é feito com a devida regularidade.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	11	7,2
	Concordo totalmente	2	1,3
	Discordo	93	60,8
	Discordo totalmente	42	27,5
	Indiferente	5	3,3
	Total	153	100,0

18. As políticas sociais existentes em Portugal são de fácil implementação.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	27	17,6
	Concordo totalmente	1	,7
	Discordo	79	51,6
	Discordo totalmente	23	15,0
	Indiferente	23	15,0
	Total	153	100,0

19. As políticas sociais existentes em Portugal promovem a capacitação/empowerment dos sujeitos.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	26	17,0
	Discordo	81	52,9
	Discordo totalmente	25	16,3
	Indiferente	21	13,7
	Total	153	100,0

20. As políticas sociais promovem a equidade na sociedade.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	37	24,2
	Concordo totalmente	5	3,3
	Discordo	67	43,8
	Discordo totalmente	26	17,0
	Indiferente	18	11,8
	Total	153	100,0

21. A conceção das políticas sociais traduz-se na sua implementação a longo prazo.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	58	37,9
	Concordo totalmente	4	2,6
	Discordo	45	29,4

Discordo totalmente	10	6,5
Indiferente	36	23,5
Total	153	100,0

22. Os sujeitos tomam consciência da sua problemática, participam na tomada de decisão e co-construção do seu projeto de vida

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	47	30,7
	Concordo totalmente	4	2,6
	Discordo	69	45,1
	Discordo totalmente	15	9,8
	Indiferente	18	11,8
	Total	153	100,0

23. As políticas sociais promovem a justiça social.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	53	34,6
	Concordo totalmente	7	4,6
	Discordo	56	36,6
	Discordo totalmente	11	7,2
	Indiferente	26	17,0
	Total	153	100,0

24. O acesso às políticas sociais é igual para qualquer cidadão, independentemente da sua condição económica.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	20	13,1
	Concordo totalmente	7	4,6
	Discordo	69	45,1
	Discordo totalmente	42	27,5
	Indiferente	15	9,8
	Total	153	100,0

25. O acesso às políticas sociais é um fator de exclusão.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	59	38,6
	Concordo totalmente	17	11,1
	Discordo	35	22,9
	Discordo totalmente	14	9,2
	Indiferente	28	18,3
	Total	153	100,0

Intervenção e políticas sociais

26. Os Assistentes Sociais devem participar na concepção de políticas sociais.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	40	26,1
	Concordo totalmente	111	72,5
	Discordo totalmente	1	,7
	Indiferente	1	,7
	Total	153	100,0

27. A intervenção quotidiana do Assistente Social é valorizada pela sociedade.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	25	16,3
	Concordo totalmente	3	2,0
	Discordo	90	58,8
	Discordo totalmente	27	17,6
	Indiferente	8	5,2
	Total	153	100,0

28. A intervenção quotidiana do Assistente Social é valorizada pela população com quem intervenho.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	93	60,8
	Concordo totalmente	21	13,7
	Discordo	21	13,7
	Discordo totalmente	7	4,6
	Indiferente	11	7,2
	Total	153	100,0

29. A intervenção quotidiana do Assistente Social é valorizada pelo poder político.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	18	11,8
	Discordo	69	45,1
	Discordo totalmente	50	32,7
	Indiferente	16	10,5
	Total	153	100,0

30. A intervenção quotidiana do Assistente Social é valorizada pelas entidades empregadoras.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	41	26,8
	Concordo totalmente	4	2,6

Discordo	56	36,6
Discordo totalmente	24	15,7
Indiferente	28	18,3
Total	153	100,0

31. De forma geral, concordo com as diretrizes superiores (legislação/entidade patronal)

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	46	30,1
	Concordo totalmente	1	,7
	Discordo	54	35,3
	Discordo totalmente	13	8,5
	Indiferente	39	25,5
	Total	153	100,0

32. Cumpro todas as diretrizes superiores, mesmo que não concorde com as mesmas.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	58	37,9
	Concordo totalmente	14	9,2
	Discordo	46	30,1
	Discordo totalmente	10	6,5
	Indiferente	25	16,3
	Total	153	100,0

Associativismo e representação coletiva

33. A aprovação da criação da Ordem dos Assistentes Sociais (a 05 julho 2019) foi uma mais valia para a profissão.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	60	39,2
	Concordo totalmente	51	33,3
	Discordo	10	6,5
	Discordo totalmente	4	2,6
	Indiferente	28	18,3
	Total	153	100,0

34. A Ordem dos Assistentes Sociais vai ser uma mais valia para a profissão.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	79	51,6
	Concordo totalmente	52	34,0
	Discordo	6	3,9
	Discordo totalmente	3	2,0

Indiferente	13	8,5
Total	153	100,0

35. A Ordem dos Assistentes Sociais tem um contributo fundamental na regulamentação da profissão.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	69	45,1
	Concordo totalmente	62	40,5
	Discordo	3	2,0
	Discordo totalmente	3	2,0
	Indiferente	16	10,5
	Total	153	100,0

36. A Ordem dos Assistentes Sociais tem um contributo fundamental na matriz ético/política.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	65	42,5
	Concordo totalmente	58	37,9
	Discordo	5	3,3
	Discordo totalmente	4	2,6
	Indiferente	21	13,7
	Total	153	100,0

37. A Ordem dos Assistentes Sociais legitima a profissão.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	70	45,8
	Concordo totalmente	60	39,2
	Discordo	5	3,3
	Discordo totalmente	6	3,9
	Indiferente	12	7,8
	Total	153	100,0

38. A Ordem dos Assistentes Sociais regulamenta os princípios éticos da profissão.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	70	45,8
	Concordo totalmente	64	41,8
	Discordo	6	3,9
	Discordo totalmente	2	1,3
	Indiferente	11	7,2
	Total	153	100,0

39. A Ordem dos Assistentes Sociais não vai contribuir para a regulamentação e legitimidade da profissão.

		Frequência	Porcentagem
Válido	Concordo	21	13,7

Concordo totalmente	7	4,6
Discordo	62	40,5
Discordo totalmente	49	32,0
Indiferente	14	9,2
Total	153	100,0

40. Não sinto que a Ordem profissional me possa representar.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	17	11,1
	Concordo totalmente	4	2,6
	Discordo	61	39,9
	Discordo totalmente	52	34,0
	Indiferente	19	12,4
	Total	153	100,0

41. Os assistentes sociais sentem-se motivados para integrar a Ordem Profissional

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	51	33,3
	Concordo totalmente	24	15,7
	Discordo	31	20,3
	Discordo totalmente	5	3,3
	Indiferente	42	27,5
	Total	153	100,0

42. Sinto-me motivada/o para integrar a Ordem Profissional.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	59	38,6
	Concordo totalmente	48	31,4
	Discordo	16	10,5
	Discordo totalmente	2	1,3
	Indiferente	28	18,3
	Total	153	100,0

43. Não me sinto motivada/o para integrar a Ordem Profissional.

		Frequência	Percentagem
Válido	Concordo	19	12,4
	Concordo totalmente	4	2,6
	Discordo	46	30,1
	Discordo totalmente	65	42,5
	Indiferente	19	12,4
	Total	153	100,0

44. Os assistentes sociais têm motivação para a integração de associações/sindicatos de representação coletiva.

		Frequência	Porcentagem
Válido	Concordo	24	15,7
	Concordo totalmente	13	8,5
	Discordo	51	33,3
	Discordo totalmente	16	10,5
	Indiferente	49	32,0
	Total	153	100,0

45. Os assistentes sociais não têm motivação para a integração de associações/sindicatos de representação coletiva.

		Frequência	Porcentagem
Válido	Concordo	47	30,7
	Concordo totalmente	13	8,5
	Discordo	29	19,0
	Discordo totalmente	18	11,8
	Indiferente	46	30,1
	Total	153	100,0